

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
-----------------------------------------------------	---

Notas Explicativas	26
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
----------------------------------------------	----

---

80

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	161.318.939
Preferenciais	2.864.960
<b>Total</b>	<b>164.183.899</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.773.255	2.807.608
1.01	Ativo Circulante	1.009.990	1.028.329
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	418.249	456.836
1.01.03	Contas a Receber	424.579	422.175
1.01.03.01	Clientes	424.579	422.175
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	447.066	450.588
1.01.03.01.02	Baixa Renda	23.472	17.418
1.01.03.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-45.959	-45.831
1.01.04	Estoques	5.556	5.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	92.278	82.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92.278	82.298
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	50.969	48.212
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições a recuperar	41.309	34.086
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.328	61.511
1.01.08.03	Outros	69.328	61.511
1.01.08.03.01	Serviços Pedidos	61.297	55.335
1.01.08.03.02	Outros Créditos a Receber	8.031	6.176
1.02	Ativo Não Circulante	1.763.265	1.779.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	368.244	409.844
1.02.01.03	Contas a Receber	60.505	58.177
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	60.505	58.177
1.02.01.06	Tributos Diferidos	276.947	292.864
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	241.783	252.495
1.02.01.06.02	Imposto a recuperar	35.164	40.369
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.792	58.803
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro de Concessão	22.599	50.409
1.02.01.09.04	Outros Créditos a receber	8.193	8.394
1.02.02	Investimentos	221	221
1.02.04	Intangível	1.394.800	1.369.214

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.773.255	2.807.608
2.01	Passivo Circulante	573.920	601.972
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.018	7.054
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.018	7.054
2.01.02	Fornecedores	139.294	168.258
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.290	71.228
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	76.290	71.228
2.01.03.01.02	Tributos sobre o lucro	42.088	36.307
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a recolher	34.202	34.921
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	201.393	194.175
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	145.954	131.134
2.01.04.02	Debêntures	55.439	63.041
2.01.05	Outras Obrigações	119.721	133.813
2.01.05.02	Outros	119.721	133.813
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.016	56.016
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	5.571	5.434
2.01.05.02.05	Taxa de iluminação pública	13.326	13.492
2.01.05.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética	18.416	15.890
2.01.05.02.07	Participação nos lucros	4.894	16.794
2.01.05.02.08	Outras Contas a pagar	21.498	26.187
2.01.06	Provisões	26.204	27.444
2.01.06.02	Outras Provisões	26.204	27.444
2.01.06.02.04	Provisão para Contingências	26.204	27.444
2.02	Passivo Não Circulante	1.238.558	1.297.583
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.001.140	1.063.717
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	840.760	849.877
2.02.01.02	Debêntures	160.380	213.840
2.02.02	Outras Obrigações	112.477	112.440
2.02.02.02	Outros	112.477	112.440
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	84.366	84.329
2.02.02.02.04	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	28.111	28.111
2.02.03	Tributos Diferidos	110.169	104.527
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.169	104.527
2.02.04	Provisões	14.772	16.899
2.02.04.02	Outras Provisões	14.772	16.899
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	14.772	16.899
2.03	Patrimônio Líquido	960.777	908.053
2.03.01	Capital Social Realizado	374.346	374.346
2.03.02	Reservas de Capital	674	674
2.03.04	Reservas de Lucros	577.974	577.975
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.783	-44.942

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	401.851	365.910
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-248.069	-223.160
3.03	Resultado Bruto	153.782	142.750
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-71.526	-50.012
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.619	-13.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.781	-20.307
3.04.02.01	Despesas administrativas	-20.829	-16.653
3.04.02.02	Despesa com pessoal e administradores	-952	-3.654
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-8.533	-5.823
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.593	-10.501
3.04.05.01	Provisão para contingências	-3.484	-1.337
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.742	-2.594
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-7.826	-4.546
3.04.05.04	Outras despesas não recorrentes líquidas	-541	-2.024
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	82.256	92.738
3.06	Resultado Financeiro	-7.396	-6.762
3.06.01	Receitas Financeiras	29.678	23.869
3.06.01.01	Rendas financeiras	12.134	11.628
3.06.01.02	Acréscimo moratório de energia vendida	17.290	12.241
3.06.01.03	Encargo de dívidas	254	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.074	-30.631
3.06.02.01	Variações monetárias cambiais	-565	843
3.06.02.02	Juros de empréstimos e financiamentos	-31.901	-28.783
3.06.02.03	Outras	-4.608	-2.691
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.860	85.976
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.134	-16.868
3.08.01	Corrente	-5.780	-6.752
3.08.02	Diferido	-16.354	-10.116
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.726	69.108
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	52.726	69.108
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	52.725	69.108
4.03	Resultado Abrangente do Período	52.725	69.108

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.499	48.843
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.860	85.976
6.01.01.01	Lucro líquido do período antes dos impostos	74.860	85.976
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.973	-74.189
6.01.02.01	Variações no ativo circulante e não circulante	-24.263	-22.966
6.01.02.02	Variações no passivo circulante e não circulante	-40.710	-51.223
6.01.03	Outros	36.612	37.056
6.01.03.01	Despesas/receitas que não afetam o caixa	77.890	71.276
6.01.03.02	Juros pagos	-34.055	-30.901
6.01.03.03	IR e CS pagos	-7.223	-3.319
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.657	4.313
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-52.429	-28.670
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.587	24.486
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	456.836	357.467
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	418.249	381.953

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	374.346	674	433.344	-44.941	144.630	908.053
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	374.346	674	433.344	-44.941	144.630	908.053
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.725	0	52.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	52.725	0	52.725
5.07	Saldos Finais	374.346	674	433.344	7.784	144.630	960.778



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	441.194	405.622
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	461.577	419.352
7.01.02	Outras Receitas	-11.850	-7.907
7.01.02.01	Outras despesas/receitas operacionais	-7.826	-4.546
7.01.02.02	Outras despesas/receitas não recorrentes	-541	-2.024
7.01.02.03	Provisão (reversão) de contingências	-3.483	-1.337
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.533	-5.823
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-181.322	-149.269
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-135.634	-118.469
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.692	-30.071
7.02.04	Outros	-18.996	-729
7.03	Valor Adicionado Bruto	259.872	256.353
7.04	Retenções	-25.772	-22.351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.772	-22.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	234.100	234.002
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.573	21.178
7.06.02	Receitas Financeiras	30.181	23.869
7.06.03	Outros	-4.608	-2.691
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	259.673	255.180
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	259.673	255.180
7.08.01	Pessoal	6.663	17.548
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.512	11.336
7.08.01.02	Benefícios	4.910	3.162
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.140	1.179
7.08.01.04	Outros	-899	1.871
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153.666	139.631
7.08.02.01	Federais	84.593	72.788
7.08.02.02	Estaduais	68.849	66.689
7.08.02.03	Municipais	224	154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.619	28.893
7.08.03.01	Juros	32.969	27.940
7.08.03.02	Aluguéis	13.650	953
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	52.725	69.108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.725	69.108



# Comentários de 1T11 desempenho

São Luís, 10 de maio de 2011 - A Companhia Energética do Maranhão S/A (CEMAR), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão, anuncia hoje os seus resultados do primeiro trimestre de 2011 (1T11). As informações não financeiras da CEMAR, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## DEMANDA DE ENERGIA DA CEMAR CRESCE 3,9%. EBITDA DO 1T11 ATINGE R\$108,6 MILHÕES.

### 1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia faturada no trimestre cresceu 3,9%, atingindo 998 GWh.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 9,8% no 1T11, totalizando R\$401,9 milhões.
- ▶ O EBITDA trimestral alcançou R\$108,6 milhões no 1T11, queda de 7,3% em relação ao valor do mesmo trimestre do ano anterior.
- ▶ O Lucro Líquido atingiu R\$52,7 milhões no 1T11, redução de 23,7% se comparado ao valor do 1T10.
- ▶ Os investimentos da CEMAR (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$42,6 milhões no 1T11, 11,3% superior aos investimentos realizados no 1T10.
- ▶ No 1T11, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 21,5 horas e 12,9 vezes, respectivamente, registrando quedas de 1,7% e 10,8% em relação aos índices observados ao final do 1T10.
- ▶ As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 representaram 21,6% da energia requerida, com redução de 2,6 p.p. em relação aos 24,2% verificados no 1T10.

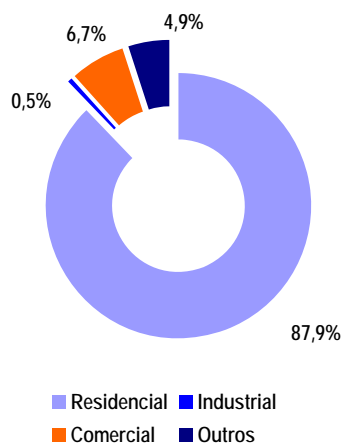
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	365,9	499,5	401,9	9,8%
EBITDA	117,1	118,9	108,6	-7,3%
Margem EBITDA (%ROL)	32,0%	23,8%	27,0%	-5 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	505,4	499,9	491,4	-2,8%
Resultado Operacional	86,0	59,3	74,9	-12,9%
Margem Operacional (%ROL)	23,5%	11,9%	18,6%	-4,9 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	69,1	46,8	52,7	-23,7%
Margem Líquida (%ROL)	18,9%	9,4%	13,1%	-5,8 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	0,42	0,29	0,32	-23,7%
Investimentos CEMAR (Ex. PLPT)	38,3	67,3	42,6	11,3%
Investimentos Diretos PLPT	33,1	58,3	37,7	13,9%
Dívida Líquida	744,6	744,1	740,4	-0,6%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	1,5 x	1,5 x	1,5 x	0,0 x

DADOS OPERACIONAIS	1T10	4T10	1T11	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	959.921	1.093.568	997.586	3,9%
Nº de Consumidores	1.730.925	1.822.308	1.854.899	7,2%
Nº de Colaboradores	1.291	1.250	1.193	-7,6%

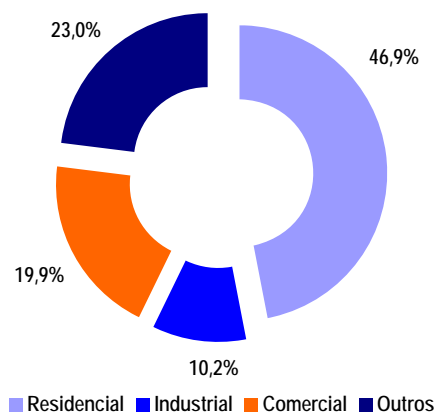
## 2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

### 2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 1T11



Energia Vendida (% por Classe) – 1T11



No 1T11, as vendas de energia cresceram 3,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 997,6 GWh. O crescimento observado no trimestre é resultado de 3 causas principais: (i) crescimento econômico do Estado; (ii) ligação de novos clientes à base de consumidores da Companhia, e; (iii) a intensificação no combate às perdas da Companhia.

Ao contrário do que ocorreu no primeiro semestre de 2010, quando a variável climática influenciou positivamente o consumo de energia no Estado, no 1T11, o índice pluviométrico do período ficou razoavelmente dentro de sua média histórica recente, sem grande impacto sobre o volume de energia vendido pela CEMAR no período.

CLASSE DE CONSUMO (MWh)	1T10	4T10	1T11	Var.
Residencial	449.430	506.965	467.658	4,1%
Industrial	97.279	111.262	102.055	4,9%
Comercial	190.389	215.499	198.137	4,1%
Outros	222.823	259.842	229.735	3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>959.921</b>	<b>1.093.568</b>	<b>997.586</b>	<b>3,9%</b>

No 1T11, a carga da CEMAR apresentou crescimento de 1,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, percentual inferior ao crescimento apresentado pela carga nacional, de 2,5%, porém superior à variação da carga do Nordeste no trimestre.

GWh	1T10	4T10	1T11	Var.
Carga Brasil (*)	120.971	120.887	124.012	2,5%
Carga Nordeste (*)	17.925	18.237	17.541	-2,1%
Carga CEMAR	1.240	1.421	1.258	1,4%

(\*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional  
Fonte: ONS e CEMAR

### 2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.259 GWh no 1T11, apresentando crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, abaixo do crescimento observado no trimestre em virtude da redução de 7,4% no volume de perdas de energia.

Bal. Energético (MWh)	1T10	4T10	1T11	Var.
Energia Requerida	1.240.466	1.420.895	1.258.191	1,4%
Energia Vendida (*)	960.070	1.095.389	999.283	4,1%
Perdas	280.396	325.507	258.908	-7,7%

(\*) Inclui venda às classes, consumo próprio e vendas à CEPISA

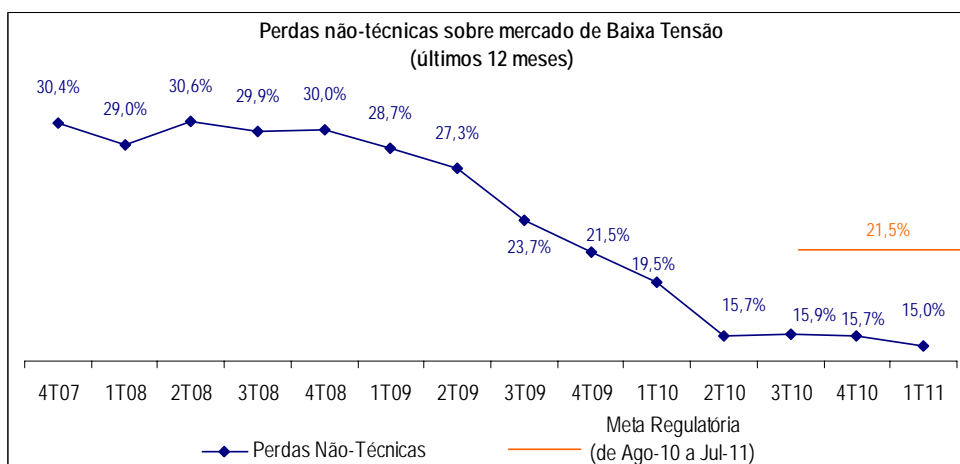
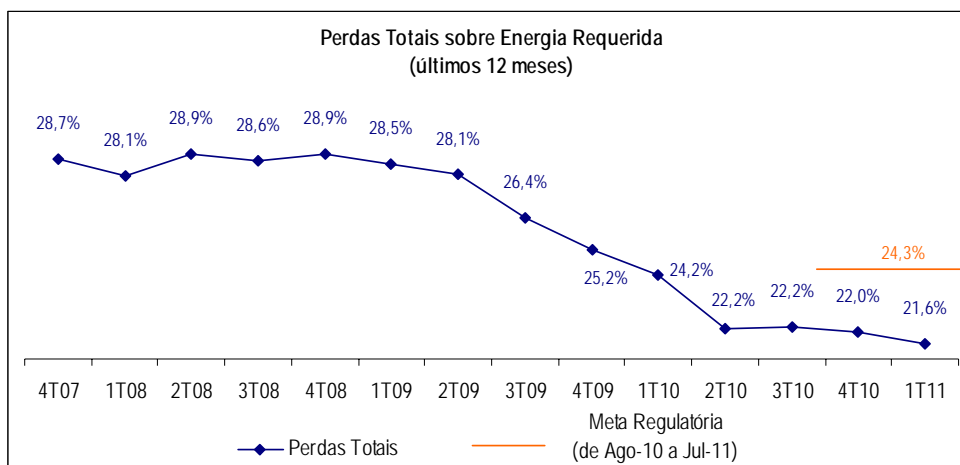
## Comentários de 1T11 desempenho

### 2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Com o intuito de manter o nível de perdas de energia da Companhia abaixo das metas regulatórias estabelecidas no processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, o combate às perdas foi intensificado e diversas medidas adotadas desde o final de 2008 vêm continuamente mostrando resultados positivos.

Dentre as medidas adotadas, podemos destacar: i) maior eficácia nas inspeções, tanto baixa como alta tensão, através de iniciativas para aperfeiçoar o processo de seleção de alvos como a melhor utilização dos apontamentos realizados pelos leituristas e pela medição fiscal, que consiste em comparar o volume de energia distribuída por cada transformador com o efetivamente faturado aos clientes ligados àquele mesmo transformador; ii) intensificação no treinamento das equipes de campo; e iii) combate massivo às ligações clandestinas e à auto-religação (quando, após ter sua energia cortada pela Companhia, o próprio cliente refaz sua ligação, sem dar ciência à CEMAR).

Dessa forma, as perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 representaram 21,6% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão chegaram a 15,0%. Apesar de acreditarmos ser possível diminuir ainda mais o nível de perdas de energia, é natural observarmos que a velocidade dessa redução venha sendo menor nos trimestres recentes. Isto deriva de que quanto menor é o nível de perdas gradativamente mais difícil torna-se combatê-las. Neste sentido, a Companhia vem investindo no aprimoramento dos sistemas inteligentes para seleção de alvos para recuperação de energia que propiciem maior índice de acerto e retorno nas inspeções.

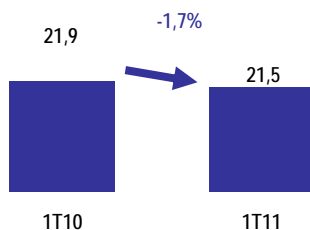


### 2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

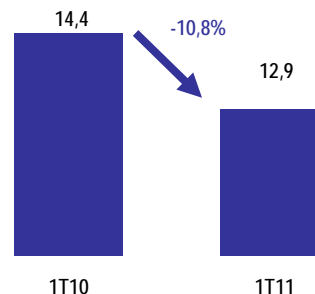
O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 1T11, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 21,5 horas, que comparado às 21,9 horas do final do 1T10, representou uma melhora de 1,7%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 1T11, foi de 12,9 vezes, representando redução de 10,8% em relação ao fechamento do 1T10.

DEC (horas): Últ. 12 meses



FEC (vezes): Últ. 12 meses



## 2.5. RECEITA BRUTA MÉDIA

RECEITA BRUTA MÉDIA - R\$/MWh (*)	1T10	4T10	1T11	Var.
Residencial	416,2	432,7	421,4	1,2%
Industrial	350,1	367,5	357,2	2,0%
Comercial	467,3	482,9	466,0	-0,3%
Outros	329,3	345,3	337,1	2,4%
<b>Total</b>	<b>399,5</b>	<b>415,2</b>	<b>404,3</b>	<b>1,2%</b>

(\*) Incluindo ICMS/PIS/COFINS

A Receita Bruta Média da CEMAR do 1T11 apresentou aumento de 1,2% na comparação com o 1T10, somando R\$404,3 por MWh.

Ao final de agosto de 2010, a Companhia passou pelo processo anual de Reajuste Tarifário, onde o efeito médio para o consumidor foi praticamente neutro (aumento de 0,08%), já considerando os componentes financeiros. Esta tarifa estará vigente por 12 meses, até o final de agosto de 2011.

## 2.6. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 1T11, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$93,1 por MWh, representando crescimento de 14,5% em relação ao 1T10. O aumento no custo médio é explicado por: (i) novas contratações de energia nos leilões A-3 e de fontes alternativas, e (ii) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, em agosto de 2010. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1T10	4T10	1T11	Var.
Energia Comprada* (R\$MM)	104,4	136,5	125,8	20,5%
MWh Contratado	1.283.006	1.526.116	1.350.865	5,3%
<b>R\$/MWh</b>	<b>81,3</b>	<b>89,5</b>	<b>93,1</b>	<b>14,5%</b>

\* Líquida de PIS/COFINS

## 2.7. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 1T11, a posição de energia contratada da CEMAR para o período de 2011 a 2016 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>TOTAL - MWh</b>	<b>5.927.181</b>	<b>6.376.317</b>	<b>3.961.244</b>	<b>3.027.537</b>	<b>2.756.101</b>	<b>2.582.115</b>



# Comentários de 1T11 desempenho

## 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 1T11, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 5,2%, influenciada principalmente pelo crescimento no volume da energia vendida de 3,9% no trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a Receita Líquida atingiu R\$401,9 milhões (R\$323,4 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), alta de 9,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

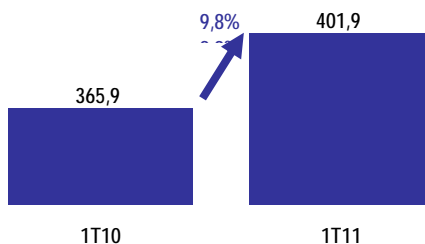
Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. No 1T11 foram reconhecidos R\$78,4 milhões, ao passo que no 1T10 foram reconhecidos R\$69,3 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	1T10	4T10	1T11	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	959.921	1.093.568	997.586	3,9%
No. de Clientes**	1.730.925	1.822.308	1.854.899	7,2%
KWh por Cliente (no período)	554,6	600,1	537,8	-3,0%
Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)	383,5	454,1	403,3	5,2%
Residencial	187,1	219,4	197,1	5,3%
Industrial	34,1	40,9	36,4	7,0%
Comercial	89,0	104,1	92,3	3,8%
Outras classes	73,4	89,7	77,4	5,5%
Suprimento (R\$ MM)	1,6	27,3	19,2	1121,7%
Outras Receitas (R\$ MM)	34,3	43,8	31,6	-8,0%
Subvenção Baixa Renda	30,3	30,9	24,9	-17,8%
Uso da Rede	0,1	0,1	0,1	-24,2%
Outras Receitas Operacionais	3,9	12,9	6,6	67,4%
Receita de Construção	69,3	115,3	78,4	13,1%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(122,8)	(140,9)	(130,6)	6,4%
<b>Receita Operacional Líquida (R\$ MM)</b>	<b>365,9</b>	<b>499,5</b>	<b>401,9</b>	<b>9,8%</b>

\* Exclui Consumo Próprio e Fornecimento à CEPISA

\*\* Exclui unidades consumidoras próprias

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



### 3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 1T11, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$293,8 milhões (R\$215,4 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 73,1% da receita líquida, aumento de 4,5 p.p. em relação ao percentual verificado no 1T10, de 68,5%.

#### Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 1T11, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), as provisões para contingências, e outros custos não operacionais, atingiu R\$67,5 milhões, aumento de 1,9 p.p. quando comparado ao percentual apresentado no 1T10.



# Comentários de 1T11 desempenho

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$19,4 milhões, aumento de 10,4% em relação ao observado no 1T10. Esse aumento é principalmente reflexo do acordo coletivo firmado em novembro de 2010, quando foi concedido reajuste salarial de 5,39%. Vale lembrar que foram transferidas as despesas com PLR (Participação nos Lucros) para dentro da linha de Pessoal, quanto antes eram lançadas em uma linha específica logo acima do Lucro Líquido do Exercício. Tanto no 1T10 como no 1T11, os valores provisionados de PLR foram de R\$2,7 milhões.

As despesas com materiais totalizaram R\$1,6 milhão no 1T11, apresentando queda de 21,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Os principais custos que compõem essa rubrica são: i) a compra de material para a operação e manutenção do sistema elétrico, de R\$1,1 milhão; e ii) compra de combustíveis e lubrificantes para veículos das equipes de atendimento, que totalizou R\$0,5 milhão.

Os gastos com serviços de terceiros no 1T11 apresentaram aumento de 42,5% em relação aos valores verificados no 1T10, encerrando o trimestre em R\$43,6 milhões, impactados pelo aumento significativo no número de clientes (7,2%), melhoria da qualidade do sistema de distribuição de energia elétrica e ao programa de combate às perdas da Companhia. As principais contas que compõem essa rubrica são: i) serviços de plantão de emergência, com equipes de apoio de técnicos e eletricitas, totalizando R\$6,7 milhões; ii) serviços de combate à fraude, como parte do plano de redução de perdas de energia da Companhia, de R\$4,8 milhões, iii) manutenção de licença de softwares, de R\$3,4 milhões e iv) outros de valores menos expressivos, como agentes arrecadadores, manutenção em linha viva, serviços de corte e leitura, call center, entre outros.

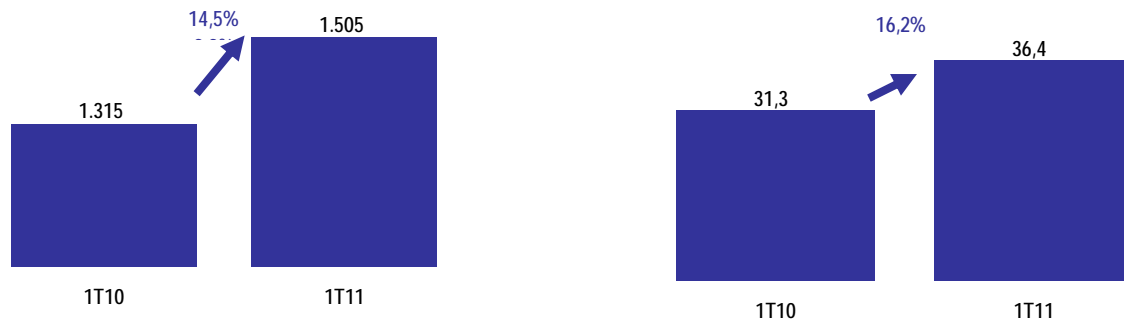
R\$ MM	1T10	4T10	1T11	Var.
Pessoal	17,5	18,8	19,4	10,4%
Material	2,0	2,2	1,6	-21,9%
Serviço de Terceiros	30,6	48,0	43,6	42,5%
Outros	4,1	3,1	3,0	-26,8%
<b>PMSO</b>	<b>54,2</b>	<b>72,1</b>	<b>67,5</b>	<b>24,6%</b>
<i>% Receita Líquida</i>	<b>14,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>16,8%</b>	<b>1,9 p.p.</b>
Provisões	8,0	31,1	10,4	30,4%
PDD e Perdas	5,8	10,8	8,5	46,5%
<i>% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)</i>	1,4%	2,1%	1,9%	0,4 p.p.
Provisões para Contingências	2,2	20,4	1,9	-12,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,0	4,6	0,5	-73,3%
<b>CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS</b>	<b>64,2</b>	<b>107,8</b>	<b>78,5</b>	<b>22,2%</b>
<i>% Receita Líquida (c/ Receita de Construção)</i>	<b>17,6%</b>	<b>21,6%</b>	<b>19,5%</b>	<b>1,9 p.p.</b>
Energia Comprada e Transporte	95,8	140,3	112,0	16,9%
Encargos Uso Rede e Conexão	20,7	20,7	23,4	13,0%
Custo de Construção	69,3	115,3	78,4	13,1%
Outros Custos	0,7	1,1	1,5	101,8%
<b>CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS</b>	<b>186,6</b>	<b>277,4</b>	<b>215,3</b>	<b>15,4%</b>
<i>% Receita Líquida (c/ Receita de Construção)</i>	<b>51,0%</b>	<b>55,5%</b>	<b>53,6%</b>	<b>2,5 p.p.</b>
<b>TOTAL</b>	<b>250,8</b>	<b>385,2</b>	<b>293,8</b>	<b>17,1%</b>
<b>Total (%Rec. Líq.)</b>	<b>68,5%</b>	<b>77,1%</b>	<b>73,1%</b>	<b>4,5 p.p.</b>

No 1T11, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$8,5 milhões, ou 1,9% da Receita Operacional Bruta, (ROB), nível 0,4 p.p. superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior. Apenas para o cálculo desses percentuais, estamos desconsiderando a Receita de Construção como parte da Receita Bruta.

A CEMAR atingiu a marca de 1.505 clientes por colaborador no 1T11, melhorando em relação ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior, de 1.315 clientes por colaborador. Quanto à relação PMSO por cliente, houve aumento de 16,2%, representando custo de R\$36,4 por cliente.

Clientes por Colaborador

PMSO por Cliente



### Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

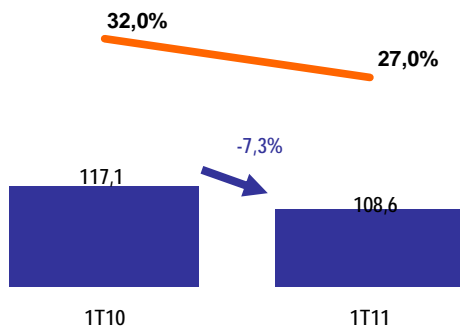
No 1T11, a Companhia registrou um total de R\$215,3 milhões (R\$136,9 milhões, desconsiderando os custos de construção) de custos e despesas operacionais não gerenciáveis, um aumento de 15,4% em relação ao 1T10. O aumento verificado no trimestre decorre principalmente da maior compra de energia no período para atendimento do crescimento no consumo do mercado cativo e do aumento no valor reconhecido como Custo de Construção. É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, qualquer aumento nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassado à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda financeira para a mesma.

### 3.3. EBITDA

No 1T11, o EBITDA atingiu R\$108,6 milhões, sendo 7,3% inferior aos R\$117,1 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior.

EBITDA (R\$ milhões)	1T10	4T10	1T11	Var.
Resultado do Serviço	92,7	88,4	82,2	-11,3%
Depreciação e Amortização	22,4	25,9	25,8	15,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,0	4,6	0,5	-73,3%
<b>EBITDA</b>	<b>117,1</b>	<b>118,9</b>	<b>108,6</b>	<b>-7,3%</b>
Atualização Dep. Judiciais		15,0		N/A
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>117,1</b>	<b>133,9</b>	<b>108,6</b>	<b>-7,3%</b>

EBITDA (R\$MM) e Margem EBITDA: Trimestral



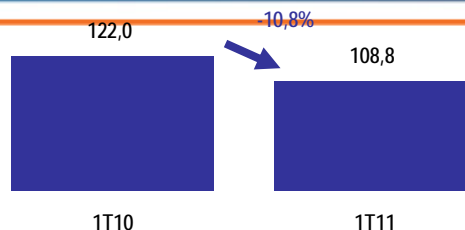




# Comentários de 1T11 desempenho

### 3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 1T11, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$7,4 milhões, ante R\$6,8 milhões no 1T10, aumento de 9,2%. Observamos crescimento na Despesa Financeira de 19,2%, somando R\$37,5 milhões no trimestre, mais do que compensando o crescimento de 21,9% observado na receita financeira.



Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

R\$ MM	1T10	4T10	1T11	Var.
Rendas s/ aplicações financeiras	6,7	8,8	11,5	71,6%
Multa e mora s/ energia vendida	12,6	15,9	17,3	37,0%
Outras receitas financeiras	5,4	1,5	1,3	-124,3%
<b>Receita Financeira Total</b>	<b>24,7</b>	<b>26,2</b>	<b>30,1</b>	<b>21,9%</b>
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(20,5)	(22,0)	(23,8)	-16,2%
Variações Monetárias e Cambiais	(6,9)	(10,2)	(6,9)	-1,0%
Outras despesas financeiras	(4,1)	(23,1)	(6,7)	-63,9%
<b>Despesa Financeira Total</b>	<b>(31,5)</b>	<b>(55,3)</b>	<b>(37,5)</b>	<b>-19,2%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(6,8)</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(7,4)</b>	<b>-9,2%</b>

### 3.5. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2016; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido entre os anos de 2006 a 2013); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que os itens i e ii são aplicáveis apenas ao IRPJ, enquanto que o item iii refere-se tanto ao IRPJ quanto à CSLL.

#### Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ / CSLL (R\$MM)	1T10	4T10	1T11
LAIR	86,0	59,3	74,9
Despesa IRPJ / CSLL	16,9	12,5	22,1
(-) Ativo Fiscal Diferido	(10,1)	(3,7)	(16,4)
<b>= Imposto Calculado</b>	<b>6,8</b>	<b>8,8</b>	<b>5,8</b>
(+) Créditos Fiscais	(1,6)	-	-
<b>= Imposto Caixa (2)</b>	<b>5,2</b>	<b>8,8</b>	<b>5,8</b>
<b>Taxa Efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-14,8%</b>	<b>-7,7%</b>

No 1T11, o resultado de IRPJ e CSLL foi negativo em R\$22,1 milhões que, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos para compensação, a saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos somou R\$5,8 milhões, o que representa uma alíquota efetiva de 7,7%.

### 3.6. LUCRO LÍQUIDO

No 1T11, a CEMAR apresentou lucro líquido de R\$52,7 milhões, versus R\$69,1 milhões de lucro líquido apresentado no 1T10, resultado inferior em 23,7%.

O resultado líquido apresentado no 1T11 representa R\$0,32 por ação da CEMAR, resultado inferior em 23,7% em relação aos R\$0,42 apresentados no 1T10.



# Comentários de 1T11 desempenho

## 4. ENDIVIDAMENTO

No 1T11, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$1.202,5 milhões, 4,4% abaixo do endividamento registrado ao final do 4T10, de R\$1.257,9 milhões.

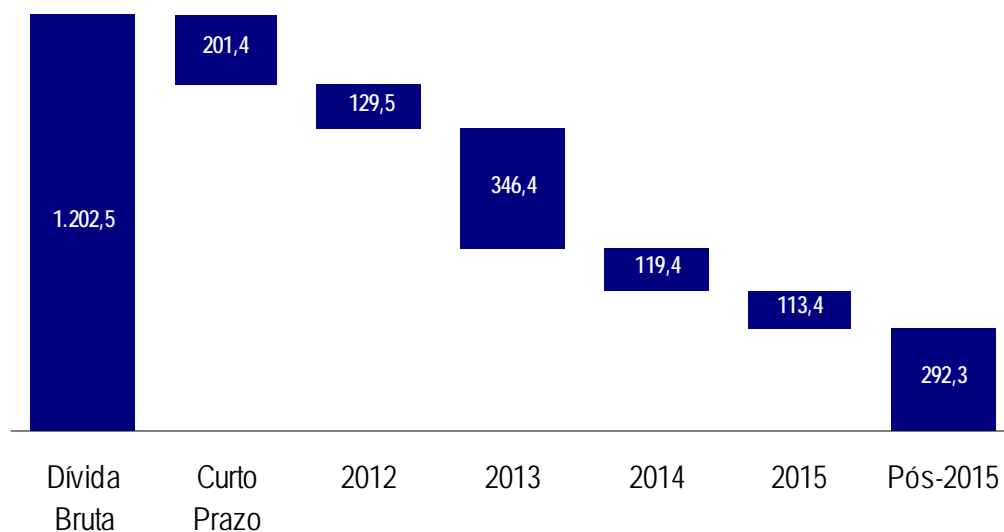
### 4.1. PERFIL DA DÍVIDA

#### Situação da Dívida Bruta

Vencimento	R\$ MM	% do Total	Indexador	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
<b>Curto Prazo</b>	<b>201,4</b>	<b>16,7%</b>	Libor	1,4%	mar/22	11,2	0,3%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.001,1</b>	<b>83,3%</b>	Pré Fixado (US\$)	6,5%	dez/21	11,0	0,4%
			<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>4,5%</b>		<b>11,1</b>	<b>0,7%</b>
2012	129,5	10,8%	IGP-M	14,9%	dez/23	13,0	13,4%
2013	346,4	28,8%	TJLP	10,5%	set/13	2,6	13,2%
2014	119,4	9,9%	Pré fixado (R\$)	8,3%	jun/19	8,4	21,0%
2015	113,4	9,4%	RGR	6,5%	nov/17	6,8	19,6%
Após 2015	292,3	24,3%	FINEL(*)	11,9%	dez/15	4,9	3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>1.202,5</b>	<b>100,0%</b>	CDI	11,0%	mar/14	3,1	28,6%
			<b>Moeda Nacional</b>	<b>10,0%</b>		<b>6,3</b>	<b>99,3%</b>
			<b>TOTAL</b>	<b>10,0%</b>		<b>6,3</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Índice que representa 20% do IGP-M

#### Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta





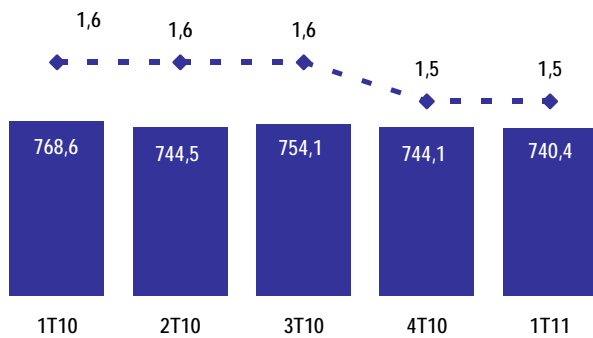
# Comentários de 1T11 desempenho

Os vencimentos das dívidas da CEMAR estão concentrados no longo prazo, com apenas 16,7% vencendo nos próximos 12 meses e 43,7% vencendo após 2013. O custo médio da dívida é de 10,0%, equivalente a 96% do CDI dos últimos 12 meses.

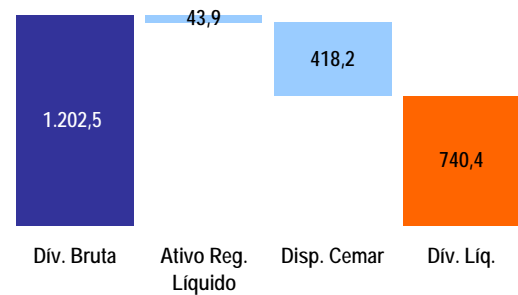
Ao final do 1º trimestre de 2011, a CEMAR possuía R\$7,9 milhões de dívidas denominadas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos), sendo R\$3,1 milhões indexados a Libor e R\$4,8 milhões pré-fixados, o que representa 0,7% da dívida bruta total. Em função do baixo grau de exposição à variação cambial, a Companhia não possui nenhum tipo de *hedge* para proteção contra a desvalorização do Real frente ao Dólar.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$740,4 milhões no 1T11, praticamente estável em relação aos R\$744,1 milhões verificados no 4T10, mantendo a relação dívida líquida / EBITDA em 1,5x no trimestre.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA (Últ. 12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM) – 1T11



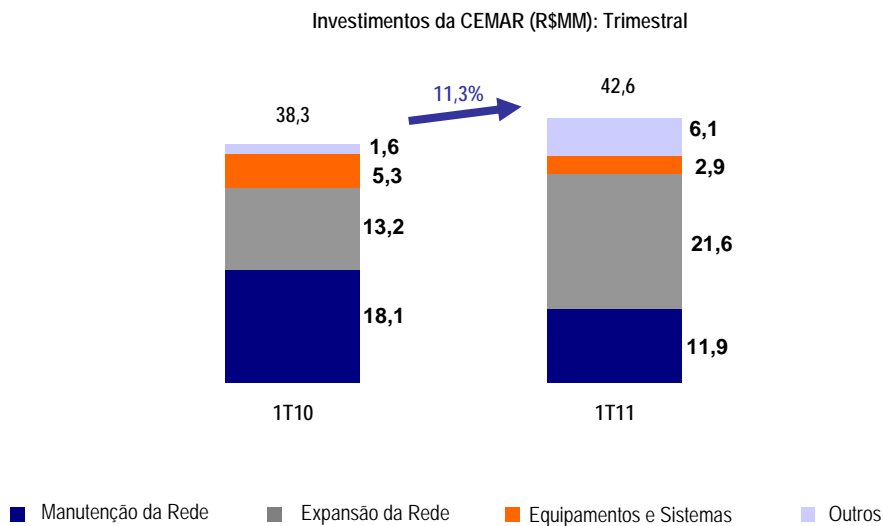


# Comentários de 1T11 desempenho

## 5. INVESTIMENTOS

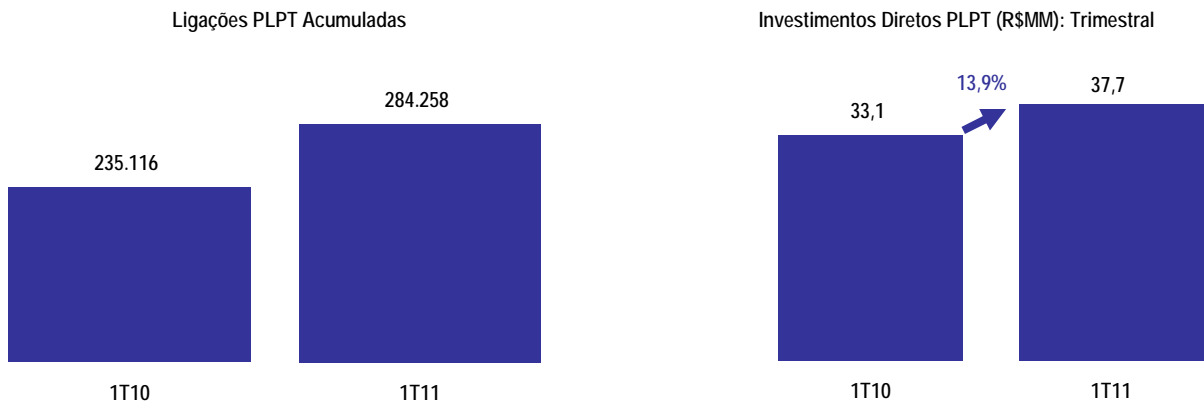
### 5.1. INVESTIMENTOS DA CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$42,6 milhões no 1T11, representando crescimento de 11,3% em relação ao 1T10.



### 5.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 1T11, foi alcançada a marca de 284 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para praticamente 1,4 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 1T11, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$37,7 milhões, 13,9% superior ao investimento realizado no mesmo trimestre do ano anterior.





## SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CEMAR e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**Eduardo Haiama**

Diretor de Relações com Investidores

**Thomas Newlands**

Analista de Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607

E-mail: [ri@ceamar-ma.com.br](mailto:ri@ceamar-ma.com.br)

Website: [www.ceamar-ma.com.br](http://www.ceamar-ma.com.br)

## AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

### Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das informações financeiras revisadas.

Para garantir a comparabilidade entre os períodos, as informações financeiras do 1T10 foram ajustadas para refletir as mudanças de critério de contabilização regidas pelas regras da CVM e da ANEEL.



# Comentários de 1T11 desempenho

## ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T10	4T10	1T11
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>488.675</b>	<b>640.447</b>	<b>532.499</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	413.833	493.787	430.272
Suprimento de Energia Elétrica	1.574	27.277	19.230
Encargo de Capacidade Emergencial	7	(2.100)	(2.029)
Receita de Construção	69.324	115.292	78.433
Outras Receitas	3.937	6.190	6.593
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(122.763)</b>	<b>(140.936)</b>	<b>(130.647)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>365.912</b>	<b>499.511</b>	<b>401.851</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(186.583)</b>	<b>(277.412)</b>	<b>(215.335)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(95.789)	(140.309)	(111.989)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(20.740)	(20.739)	(23.441)
Custos de Construção	(69.324)	(115.292)	(78.433)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(729)	(1.071)	(1.472)
<b>CUSTO/DESPESA OPERACIONAL</b>	<b>(62.216)</b>	<b>(103.235)</b>	<b>(77.958)</b>
Pessoal	(17.548)	(18.772)	(19.375)
Material	(1.988)	(2.152)	(1.554)
Serviço de Terceiros	(30.612)	(48.040)	(43.615)
Provisões	(8.014)	(31.130)	(10.446)
Outros	(4.054)	(3.141)	(2.968)
<b>EBITDA</b>	<b>117.113</b>	<b>118.864</b>	<b>108.558</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.024)	(4.575)	(541)
Depreciação e Amortização	(22.352)	(25.858)	(25.772)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>92.738</b>	<b>88.431</b>	<b>82.245</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(6.761)</b>	<b>(29.168)</b>	<b>(7.385)</b>
Receitas Financeiras	24.693	26.166	30.097
Despesas Financeiras	(31.454)	(55.334)	(37.483)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>85.977</b>	<b>59.263</b>	<b>74.859</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>85.977</b>	<b>59.263</b>	<b>74.859</b>
Contribuição Social	(6.752)	(9.208)	(5.780)
Imposto de Renda	(10.562)	(2.299)	(9.486)
Impostos Diferidos	(10.116)	(3.677)	(16.354)
Incentivo SUDENE	10.562	2.717	9.486
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.109</b>	<b>46.797</b>	<b>52.725</b>



# Comentários de 1T11 desempenho

## ANEXO 2 – IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO IFRS NO DRE

Abaixo, destacamos os impactos da implantação do IFRS sobre os resultados da CEMAR no 1T10 e 1T11:

- ▶ São reconhecidos R\$78,4 milhões de **Receita de Construção** no 1T11 dentro da Receita Bruta. Este valor é integralmente anulado, pois há o reconhecimento do mesmo valor como Custo de Construção nos Gastos Não-Gerenciáveis, gerando impacto na ROL, porém nulo em EBITDA e Lucro Líquido.
- ▶ A **baixa dos ativos regulatórios** impactam positivamente a ROL em R\$17,6 milhões, em R\$18,3 milhões o EBITDA, e R\$19,1 milhões no Lucro Líquido de 1T11.
- ▶ Os custos com **Participação nos Lucros** de empregados e administradores são transferidos para a conta de Pessoal, reduzindo o EBITDA, mas com impacto nulo na ROL e no Lucro Líquido. No 1T11, foram R\$2,7 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T10		1T10	1T11		1T11
	Original	Ajustes	IFRS	Original	Ajustes	IFRS
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>390.241</b>	<b>98.432</b>	<b>488.673</b>	<b>437.322</b>	<b>95.177</b>	<b>532.499</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	384.723	29.111	413.834	413.528	16.744	430.272
Suprimento de Energia Elétrica	1.574		1.574	19.230		19.230
Encargo de Capacidade Emergencial	7		7	(2.029)		(2.029)
Receita de Construção		69.321	69.321	-	78.433	78.433
Outras Receitas	3.937		3.937	6.593		6.593
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(122.732)</b>	<b>(32)</b>	<b>(122.764)</b>	<b>(131.522)</b>	<b>875</b>	<b>(130.647)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>267.509</b>	<b>98.400</b>	<b>365.909</b>	<b>305.799</b>	<b>96.052</b>	<b>401.851</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(119.166)</b>	<b>(67.385)</b>	<b>(186.551)</b>	<b>(137.591)</b>	<b>(77.744)</b>	<b>(215.335)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(97.726)	1.936	(95.790)	(112.678)	689	(111.989)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(20.740)		(20.740)	(23.441)		(23.441)
Custos de Construção		(69.321)	(69.321)	-	(78.433)	(78.433)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(700)		(700)	(1.472)		(1.472)
<b>CUSTO/DESPESA OPERACIONAL</b>	<b>(59.569)</b>	<b>(2.676)</b>	<b>(62.245)</b>	<b>(75.273)</b>	<b>(2.685)</b>	<b>(77.958)</b>
Pessoal	(14.871)	(2.676)	(17.547)	(16.690)	(2.685)	(19.375)
Material	(1.988)		(1.988)	(1.554)		(1.554)
Serviço de Terceiros	(30.612)		(30.612)	(43.615)		(43.615)
Provisões	(8.014)		(8.014)	(10.446)		(10.446)
Outros	(4.084)		(4.084)	(2.968)		(2.968)
<b>EBITDA</b>	<b>88.774</b>	<b>28.339</b>	<b>117.113</b>	<b>92.935</b>	<b>15.623</b>	<b>108.558</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.024)		(2.024)	(541)		(541)
Depreciação e Amortização	(22.352)		(22.352)	(25.772)		(25.772)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>64.398</b>	<b>28.339</b>	<b>92.737</b>	<b>66.622</b>	<b>15.623</b>	<b>82.245</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(6.424)</b>	<b>(337)</b>	<b>(6.761)</b>	<b>(8.207)</b>	<b>822</b>	<b>(7.385)</b>
Receitas Financeiras	25.069		25.069	30.097		30.097
Despesas Financeiras	(31.493)	(337)	(31.830)	(38.305)	822	(37.483)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>57.974</b>	<b>28.002</b>	<b>85.976</b>	<b>58.414</b>	<b>16.445</b>	<b>74.859</b>
Contribuição Social	(6.752)		(6.752)	(5.780)		(5.780)
Imposto de Renda	(10.562)		(10.562)	(9.486)		(9.486)
Impostos Diferidos	315	(10.431)	(10.116)	(16.354)		(16.354)
Incentivo SUDENE	10.562		10.562	9.486		9.486
<b>PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>	<b>(2.676)</b>	<b>2.676</b>	<b>-</b>	<b>(2.685)</b>	<b>2.685</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>48.861</b>	<b>20.247</b>	<b>69.108</b>	<b>33.595</b>	<b>19.130</b>	<b>52.725</b>



# Comentários de 1T11 desempenho

## ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
<b>CIRCULANTE</b>	<b>822.666</b>	<b>892.986</b>	<b>892.713</b>	<b>1.028.329</b>	<b>1.009.991</b>
Disponibilidades e aplicações financeiras	381.954	403.719	352.047	456.836	418.249
Consumidores e Revendedores	381.732	413.820	437.947	450.588	447.066
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.078)	(46.533)	(43.028)	(45.831)	(45.959)
Estoques	5.845	5.570	5.537	5.509	5.556
Impostos a Recuperar	48.926	57.328	68.970	82.298	92.278
Baixa Renda	22.490	23.399	24.862	17.418	23.472
Serviços Prestados	20.827	29.504	39.733	55.335	61.297
Outros Créditos a Receber	5.970	6.178	6.646	6.176	8.032
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.569.147</b>	<b>1.582.213</b>	<b>1.672.443</b>	<b>1.779.279</b>	<b>1.775.429</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>370.854</b>	<b>365.310</b>	<b>369.947</b>	<b>409.844</b>	<b>380.408</b>
Consumidores e Revendedores	69.319	61.845	58.618	58.177	60.505
Impostos a Recuperar	40.348	38.210	40.429	40.369	35.164
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	217.511	225.393	220.850	252.495	241.783
Ativo Financeiro Indenizável	34.749	30.455	41.389	50.409	22.599
Outros Créditos a Receber	8.927	9.407	8.660	8.394	20.357
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.198.293</b>	<b>1.216.903</b>	<b>1.302.496</b>	<b>1.369.435</b>	<b>1.395.021</b>
Investimentos	221	221	221	221	221
Intangível	1.198.072	1.216.682	1.302.275	1.369.214	1.394.800
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.391.813</b>	<b>2.475.199</b>	<b>2.565.156</b>	<b>2.807.608</b>	<b>2.785.420</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
<b>CIRCULANTE</b>	<b>470.615</b>	<b>463.463</b>	<b>502.580</b>	<b>601.973</b>	<b>573.920</b>
Fornecedores	112.629	141.513	160.010	168.258	139.294
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	7.074	8.378	9.367	7.054	11.018
Dividendos a pagar	58.612	667	644	56.015	56.016
Tributos e Contribuições Sociais	40.227	53.783	67.094	71.228	76.290
Empréstimos e Financiamentos	130.102	126.919	123.407	131.135	145.954
Debêntures	55.508	61.825	55.735	63.041	55.439
Taxa de Iluminação Pública	15.507	14.552	13.241	13.493	13.326
Provisão para Contingências	2.500	1.601	2.679	27.444	26.204
Eficientização	22.019	25.720	29.862	15.890	18.416
Outros	26.438	28.504	40.541	48.415	31.963
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.167.288</b>	<b>1.169.784</b>	<b>1.145.950</b>	<b>1.297.583</b>	<b>1.250.722</b>
Tributos e Contribuições Sociais	145.109	151.246	153.500	188.856	194.535
Debêntures	213.840	213.840	213.840	213.840	160.380
Empréstimos e Financiamentos	786.962	784.637	757.631	849.877	840.760
Provisão para Contingências	4.753	3.437	4.355	16.899	26.936
Eficientização	16.624	16.624	16.624	28.111	28.111
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>753.909</b>	<b>841.952</b>	<b>916.626</b>	<b>908.052</b>	<b>960.778</b>
Capital Social	310.278	374.346	374.346	374.346	374.346
Reservas de Capital	674	674	674	674	674
Reservas de Lucro	373.850	309.783	309.783	533.032	533.033
Lucro/Prejuízo acumulados	69.108	157.149	231.823	-	52.725
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.391.813</b>	<b>2.475.199</b>	<b>2.565.156</b>	<b>2.807.608</b>	<b>2.785.420</b>



**ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$ Mil)	4T10				1T11			
	C. P. - Encargos	C. P. -Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. -Principal	L. P.	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>77</b>	<b>670</b>	<b>7.274</b>	<b>8.021</b>	<b>165</b>	<b>653</b>	<b>7.099</b>	<b>7.917</b>
Tesouro Nacional	77	670	7.274	8.021	165	653	7.099	7.917
<b>MOEDA LOCAL</b>	<b>8.931</b>	<b>121.457</b>	<b>842.603</b>	<b>972.991</b>	<b>5.653</b>	<b>139.483</b>	<b>833.661</b>	<b>978.797</b>
Eletrobrás	-	46.113	363.295	409.408	-	51.809	387.170	438.979
Instituições Financeiras	8.931	69.680	460.901	539.512	5.653	81.803	428.879	516.335
Dívida com Fundo de Pensão	-	5.664	18.407	24.071	-	5.871	17.612	23.483
<b>SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS</b>	<b>9.008</b>	<b>122.127</b>	<b>849.877</b>	<b>981.012</b>	<b>5.818</b>	<b>140.136</b>	<b>840.760</b>	<b>986.714</b>
Debêntures	-	63.041	213.840	276.881	1.979	53.460	160.380	215.819
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>9.008</b>	<b>185.168</b>	<b>1.063.717</b>	<b>1.257.893</b>	<b>7.797</b>	<b>193.596</b>	<b>1.001.140</b>	<b>1.202.533</b>

C.P. = Curto Prazo

L.P. = Longo Prazo



# Comentários de 1T11 desempenho

## ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (R\$Mil)	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
Caixa Inicial	357.467	381.953	403.719	352.046	456.835
<b>FC das Atividades Operacionais</b>					
Lucro Líquido	69.109	88.039	74.675	46.797	52.725
(+) Despesas Não Caixa	137.728	142.971	123.650	169.087	61.828
Variações Ativas	(28.848)	(57.419)	(72.246)	5.725	(39.924)
Variações Passivas	(132.834)	(51.138)	(16.903)	(68.649)	(28.026)
<b>(=) FC das Atividades Operacionais</b>	<b>45.155</b>	<b>122.453</b>	<b>109.176</b>	<b>152.960</b>	<b>46.603</b>
<b>FC das Atividades de Investimento</b>					
Atividades de Investimento Próprias	(27.933)	(35.334)	(33.097)	(47.990)	(39.768)
Investimentos	(33.999)	(33.718)	(38.714)	(58.830)	(36.252)
Almoxarifado de Investimento Próprio	5.117	(689)	205	(473)	378
Outras Variações do Imobilizado Próprio	949	(927)	5.412	11.312	(3.894)
Atividades de Investimento PLPT	(35.392)	(54.986)	(87.377)	(56.932)	(37.869)
Investimentos	(37.376)	(55.358)	(74.362)	(66.781)	(44.020)
Almoxarifado de Investimento PLPT	1.984	372	(13.015)	9.849	6.151
<b>(=) FC das Atividades de Investimento</b>	<b>(63.325)</b>	<b>(90.320)</b>	<b>(120.474)</b>	<b>(104.923)</b>	<b>(77.637)</b>
<b>FC das Atividades de Financiamento</b>					
Atividades de Financiamento Próprias	(39.494)	(61.495)	(35.614)	59.590	(65.904)
Empréstimo e Financiamento	(39.494)	(3.550)	(35.590)	104.532	(65.904)
Dividendos Pagos	-	(57.945)	(23)	-	(0)
Ajuste no PL (Lei 11.638/2007)	-	0	-	(44.942)	-
Atividades de Financiamento PLPT	82.150	51.127	(4.761)	(2.838)	58.352
RGR	1.643	(2.544)	(4.761)	(2.838)	4.681
CDE	80.507	53.671	(0)	0	53.671
<b>(=) FC das Atividades de Financiamento</b>	<b>42.656</b>	<b>(10.367)</b>	<b>(40.374)</b>	<b>56.752</b>	<b>(7.553)</b>
<b>(=) FC do Período</b>	<b>24.487</b>	<b>21.766</b>	<b>(51.673)</b>	<b>104.789</b>	<b>(38.587)</b>
Caixa Final	381.953	403.719	352.046	456.835	418.248

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, além da construção e da operação de sistemas de geração, em pequena escala. Em consonância com a regulamentação setorial, a Companhia pode administrar sistemas de sub-transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencente à União, ao Estado ou aos Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, e outros procedimentos necessários à consecução do seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBovespa.

### 2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km<sup>2</sup>, regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

A energia adquirida é comercializada junto aos consumidores residenciais, industriais, comerciais, rurais e aos órgãos dos poderes públicos. Conforme a legislação que regulamenta o setor elétrico, Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a CEMAR adquiriu energia na modalidade de Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), para atender seu mercado regulado.

Com a adoção do ICPC01 a Companhia entende que todos os itens antes registrados no ativo imobilizado, pertencem a concessão de distribuição de energia elétrica, ou seja, ao poder concedente. Desta forma, estes saldos passam a ser registrados no Ativo Intangível Contrato de concessão de Serviços e Ativo financeiro conforme regra estabelecida por esta interpretação da norma contábil. A apuração dos valores demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 13 foram feitas levando-se em consideração que a concessão finda em agosto de 2030, embora a Administração da Companhia acredite que a mesma será prorrogada por um período de mais 30 anos.

### 3 Base de Preparação

#### a. Declaração de conformidade

As informações trimestrais preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Considerando a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo atendido os

## Notas Explicativas

conceitos contábeis introduzidos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e CPCs emitidos em 2009 e 2010.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2011.

### ***b. Base de mensuração***

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

### ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação***

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

### ***d. Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das informações trimestrais está de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 a - provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 10 - utilização de prejuízos fiscais
- Nota 18 - provisões e contingências.
- Nota 28 - mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 30 - mensuração de instrumentos financeiros

## Notas Explicativas

### 4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

#### *a. Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

#### *b. Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

#### *c. Instrumentos financeiros*

##### *Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do referido ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação em que todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o

## Notas Explicativas

passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esta classe de ativos se aplica nos casos em que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação com esses ativos são reconhecidos no resultado como incorridos, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação. Após o reconhecimento inicial, tais empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução no seu valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa e os investimentos financeiros de alta liquidez, seus valores de mercado refletem os valores registrados no balanço patrimonial, que são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data base das informações trimestrais e equivalem aos seus valores justos.

### *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os demais passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte integrante das disposições contratuais que regem tal instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais cancelada ou vencida. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## Notas Explicativas

### *Capital social*

**Ações ordinárias** - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**Ações preferenciais** - O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso não seja resgatável, ou somente resgatável por escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago aos detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

**Recompra de ações (ações em tesouraria)** - Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o valor excedente ou o déficit resultantes desta operação são transferidos para os lucros acumulados.

#### **d. Consumidores e revendedores**

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (nota explicativa nº 7).

#### *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber, nota explicativa nº 7 a.

#### **e. Estoques**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

#### **f. Ativo Indenizável (Concessão)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

## Notas Explicativas

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 13.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

### **g. Ativos intangíveis**

#### *Contratos de concessão de serviços*

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável, se aplicável.



## Notas Explicativas

### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumuladas do seu valor recuperável.

### *Amortização*

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas estão de acordo com contrato de concessão de serviços, por 30 anos.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão.

### ***h. Passivo circulante e não circulante***

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o seu valor de face é apropriada ao resultado de longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### ***i. Distribuição de dividendos***

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### *j. Benefícios a empregados*

#### *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

#### *Planos de benefício definido*

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano no Grupo. Um benefício econômico está disponível ao Grupo se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

#### *Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e das condições de aquisição na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos.

## Notas Explicativas

### ***k. Provisões***

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos para o passivo.

### ***l. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### ***m. Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda; e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

## Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### *n. Resultado por ação*

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

## Notas Explicativas

### 5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### *a. Ativos intangíveis*

O valor justo de ativos intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um contrato de concessão de serviços é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia adota como valor justo dos serviços de construção prestados o custo total de construção, considerando as práticas do mercado brasileiro de distribuição de energia elétrica, são equivalentes a receita de construção. Quando a Companhia recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um acordo de concessão de serviços, a Companhia estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de distribuição de energia prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

O valor justo de outros ativos intangíveis, é baseado no valor justo da amortização menos o valor justo do ativo financeiro.

#### *b. Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida*

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das informações trimestrais.

#### *Consumidores e revendedores e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obras em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### *c. Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência com contratos semelhantes de arrendamento.

#### *d. Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo das opções dos ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Premissas para a mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para

## Notas Explicativas

mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2011	31.12.2010
Numerários disponíveis	11.049	23.136
Investimentos Financeiros	<u>407.200</u>	<u>433.700</u>
<b>Total</b>	<b><u>418.249</u></b>	<b><u>456.836</u></b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

A Companhia considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

### 7 Consumidores e revendedores

	31.03.2011				31.12.2010		
	Vencidos	Vencidos		Total	PCLD	Total	PCLD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias				
<b>Fornecimento faturado</b>							
Residencial	46.034	50.087	16.136	112.257	23.134	126.033	23.343
Industrial	11.379	5.015	4.959	21.353	1.248	23.723	864
Comercial, serviços e outras	26.282	10.641	5.418	42.341	2.924	46.510	2.802
Rural	3.064	2.573	2.930	8.567	547	10.126	466
	<b><u>86.759</u></b>	<b><u>68.316</u></b>	<b><u>29.443</u></b>	<b><u>184.518</u></b>	<b><u>27.853</u></b>	<b><u>206.392</u></b>	<b><u>27.475</u></b>
Poder público	9.321	6.702	1.951	17.974	845	25.371	925
Iluminação pública	8.326	3.699	2.086	14.111	188	9.731	71
Serviço público	7.475	17.187	2.097	26.759	469	23.379	488
	<b><u>25.122</u></b>	<b><u>27.588</u></b>	<b><u>6.134</u></b>	<b><u>58.844</u></b>	<b><u>1.502</u></b>	<b><u>58.481</u></b>	<b><u>1.484</u></b>
Fornecimento não faturado	48.437	-	-	48.437	-	50721	-
PERCEE	123	-	-	123	-	122	-
Encargo de capacidade emergencial	-	1	3	4	-	4	-
Parcelamento	143.112	15.285	17.444	175.841	5.881	159.962	6.054
Parcelamento - ajuste a valor presente							
(1)	(4.083)	-	-	(4.083)	-	(2735)	-
Outros	2.724	7.010	4.259	13.993	8.512	16.280	8.207
	<b><u>190.313</u></b>	<b><u>22.296</u></b>	<b><u>21.706</u></b>	<b><u>234.315</u></b>	<b><u>14.393</u></b>	<b><u>224.354</u></b>	<b><u>14.261</u></b>

## Notas Explicativas

Subtotal - Consumidores	<u>302.194</u>	<u>118.200</u>	<u>57.283</u>	<u>477.677</u>	<u>43.748</u>	<u>489.227</u>	<u>43.220</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.010	-	15.802	23.812	197	17.014	197
Concessionárias	290	-	-	290	-	245	-
Cheques em cobrança	-	-	5.123	5.123	5.123	5.253	5.524
Serviços prestados a terceiros	-	-	4.305	4.305	528	664	528
	<u>8.300</u>	<u>-</u>	<u>25.230</u>	<u>33.530</u>	<u>5.848</u>	<u>23.176</u>	<u>6.249</u>
<b>Total</b>	<b><u>310.494</u></b>	<b><u>118.200</u></b>	<b><u>82.513</u></b>	<b><u>511.207</u></b>	<b><u>49.596</u></b>	<b><u>512.403</u></b>	<b><u>49.469</u></b>
Ativo circulante	249.989	118.200	78.877	447.066	45.959	450.588	45.831
Ativo não circulante	60.505	-	3.636	64.141	3.636	61.815	3.638

Em atendimento a Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada. A Companhia registrou em 31 de março de 2011 R\$4.083 a título de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre parcelamentos; (R\$2.735 em 31 de dezembro de 2010), sendo R\$1.348 a débito do resultado financeiro.

### *a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

#### **Clientes com débitos relevantes**

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

#### **Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:**

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

## Notas Explicativas

### 8 Baixa renda

Em 01 de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda.

Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à CEMAR.

De acordo com tais procedimentos, em 31 de março de 2011 a Companhia possui R\$23.472 de Baixa Renda e Viva Luz (R\$17.418 em 31 de dezembro de 2010).

	31.03.2011	31.12.2010
Baixa renda	14.314	17.498
Viva luz	<u>9.158</u>	<u>( 80)</u>
<b>Total</b>	<b><u>23.472</u></b>	<b><u>17.418</u></b>

### 9 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	31.03.2011 Circulante	31.12.2010 Circulante
<b>Impostos sobre o lucro</b>		
IRPJ e CSLL antecipado (a)	<u>41.309</u>	<u>34.086</u>
<b>Total</b>	<b><u>41.309</u></b>	<b><u>34.086</u></b>

	31.03.2011		31.12.2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Impostos a recuperar</b>				
IRRF sobre aplicação financeira	6.469	-	4.760	-
IRPJ a restituir	1.714	-	1.714	-
ICMS a recuperar CIAP (b)	37.106	34.582	36.811	39.787
Outros (*)	<u>5.680</u>	<u>582</u>	<u>4.927</u>	<u>582</u>
	<b><u>50.969</u></b>	<b><u>35.164</u></b>	<b><u>48.212</u></b>	<b><u>40.369</u></b>

\* O valor de R\$5.680 na linha de Outros no Circulante, contempla R\$3.290 referente a pagamentos do REFIS, que está em homologação pela Receita Federal do Brasil (RFB).

(a) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

(b) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.



## Notas Explicativas

### 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas considerando as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração que indicam que esse ativo será realizado em menos de 10 anos. Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para a sua recuperação.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinado com base nas projeções dos resultados futuros da Companhia, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

#### a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social

	31.03.2011	31.12.2010
IRPJ prejuízos fiscais	217.518	217.518
CSLL base negativa	-	-
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	<u>24.265</u>	<u>34.977</u>
<b>Total não circulante</b>	<b><u>241.783</u></b>	<b><u>252.495</u></b>

#### b. Expectativa de recuperação

A Companhia, por orientação de sua Administração, efetuou análise dos seus prejuízos fiscais acumulados nos anos calendários de 1990 a 2005, tomando por base as Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídica - DIPJ e o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR, submetendo a análise de especialista tributário. A expectativa de recuperação desses créditos fiscais está em observância aos limites de projeções de resultado da Companhia.

Expectativa de Realização	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	Total
Imposto diferidos	62.700	19.100	21.000	14.700	19.100	80.918	217.518

Com base nos estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores dos impostos diferidos, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais de R\$217.518 possa ser feita até 2018, deste valor em 2011 há expectativa de realização de R\$62.700 a serem compensados no parcelamento determinado pela Lei nº 11.941 com o REFIS IV.

A Companhia possui os benefícios de depreciação acelerada até 2013, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2016.

## Notas Explicativas

### c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no trimestre findo em 31 de março de 2011; 2010, é demonstrada como segue:

	31.03.2011		31.03.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)</b>	74.859	74.859	85.976	85.976
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal	<b>18.715</b>	<b>6.737</b>	<b>21.494</b>	<b>7.738</b>
<b>Adições:</b>				
Despesas não dedutíveis	99.875	35.958	89.457	32.588
<b>Exclusões:</b>				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(102.541)	(36.915)	(88.248)	(31.767)
Depreciação Acelerada	(6.330)	-	(7.470)	-
<b>Outros itens:</b>				
Compensação de prejuízo fiscal e Base negativa	-	-	-	(1.807)
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>9.719</b>	<b>5.780</b>	<b>15.233</b>	<b>6.752</b>
Incentivo PAT	(233)	-	(30)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	(4.641)	-
Despesa	<b>9.486</b>	<b>5.780</b>	<b>10.562</b>	<b>6.752</b>
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)</b>	<b>12,67%</b>	<b>7,72%</b>	<b>12,28%</b>	<b>7,85%</b>
Ativo Fiscal Diferido	13.701	2.653	6.573	10.755
Ativo Fiscal Diferido anos anteriores	-	-	(7.512)	300
(+) IPRJ Subvenção Governamental	(9.486)	-	(10.562)	-
<b>Despesa total</b>	<b>13.701</b>	<b>8.433</b>	<b>(939)</b>	<b>17.807</b>
<b>Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>18,30%</b>	<b>11,27%</b>	<b>-1,09%</b>	<b>20,71%</b>
(1) Lucro operacional antes das provisões de impostos.				
(2) Incentivo da depreciação acelerada.				

## Notas Explicativas

### 11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 2010 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/03/2011			31.12.2010		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimo	-	438.979	6.180	-	409.357	33.053
		Dividendos	-	67.100	-	-	83.875	-
FASCEMAR	(b)	Empréstimo	-	23.483	847	-	24.071	3.269
		Previdência Privada	-	-	445	-	-	1.895
EQUATORIAL	(c)	Contrato de compartilhamento	116	-	-	83	-	-
		Dividendos	-	130.220	-	-	162.775	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	204	-	-	699
		Uso de rede	-	-	-	-	-	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(e)	Contrato de compartilhamento	45	-	-	27	-	-

(a) Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, nota explicativa nº 15

(b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes de empréstimos e das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos estão descritos na nota explicativa nº 15 e as condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão na nota explicativa nº 28.

(c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a pagar.

(d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica, que é pactuado em condições normais de mercado. O contrato é: contrato CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N vigência até 2024.

(e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

#### **Remuneração de pessoal-chave da Administração**

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$9.000, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril

**Notas Explicativas**

de 2011.

(i) Política de Remuneração do Conselho de Administração, diretoria, Conselho Fiscal.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

<b>Conselho de Administração</b>	
Remuneração fixa:	100%
<b>Diretoria</b>	
Remuneração fixa:	12%
Remuneração variável:	88%
<b>Conselho Fiscal</b>	
Remuneração fixa:	100%

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela companhia em 31 de março de 2011:

CEMAR			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	13	8	21
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<u>120</u>	<u>617</u>	<u>737</u>
Salário ou Pró-labore	120	588	708
Benefícios diretos e indiretos	-	29	29
<b>Remuneração variável</b>	<u>---</u>	<u>4.393</u>	<u>4.393</u>
Bônus	-	4.393	4.393
Benefícios pós emprego	<u>---</u>	<u>17</u>	<u>17</u>
<b>Valor total da remuneração por órgão</b>	<u>120</u>	<u>5.026</u>	<u>5.146</u>

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% DO AVAL	Início	Término	Valor liberado	Saldo no 1º TR111
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	1/3/2007	1/3/2013	267.300	215.819
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00221-7)	46	100	20/4/2006	15/5/2013	46	2
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00222-5)	388	100	7/7/2006	15/5/2013	388	15
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/3/2010	15/10/2019	776	783
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/8/2010	15/4/2020	8.675	9.166
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (106607040004100)	28.481	100	10/4/2007	15/2/2012	28.481	7.195
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/3/2008	15/7/2013	79.651	47.124
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	102.889
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/2/2017	136.076	93.364
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	9.652	100	6/12/2007	6/12/2012	9.652	4.251
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	5/2/2009	5/2/2021	144.939	147.026
Banco do Nordeste do Brasil - BNB - Recursos do FDNE	53.576	100	10/3/2011	10/3/2021	0	0
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/6/2006	30/6/2013	2.359	1.274
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	1/2/2008	15/1/2016	135.056	106.318
<b>Total</b>	<b>983.401</b>				<b>913.399</b>	<b>735.226</b>

\* Limite de exposição de US\$40.000.000,00

## Notas Explicativas

### 12 Ativo financeiro (Concessão)

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31.03.2011			31.12.2010		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	157.917	(135.318)	22.599	153.440	(103.031)	50.409
<b>Total</b>	<u>157.917</u>	<u>(135.318)</u>	<u>22.599</u>	<u>153.440</u>	<u>(103.031)</u>	<u>50.409</u>

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	31.12.2010	Baixas	Capitalização	31.03.2011
Ativo financeiro	153.440	(262)	4.739	157.917
Obrigações especiais	(103.031)	-	(32.287)	(135.318)
<b>Ativo financeiro</b>	<u>50.409</u>	<u>(262)</u>	<u>(27.548)</u>	<u>22.599</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

### 13 Intangível

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31.03.2011				31.12.2010			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido
Em serviço	4,00%	2.827.86	(907.560)	(709.413)	1.210.893	2.775.236	(873.337)	(598.618)	1.303.281
Em curso	0,00%	322.553	-	(138.646)	183.907	301.884	-	(235.951)	65.933
<b>Total</b>		<u>3.150.419</u>	<u>(907.560)</u>	<u>(848.059)</u>	<u>1.394.800</u>	<u>3.077.120</u>	<u>(873.337)</u>	<u>(834.569)</u>	<u>1.369.214</u>

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Transferência					
	31.12.2010	Adições	Baixas	Capitalização	Estoque	31.03.2011
Em Serviço	2.775.236	-	(396)	53.026	-	2.827.866
(-) Amortização	(873.337)	(34.363)	140	-	-	(907.560)
<b>Total em serviço</b>	<u>1.901.899</u>	<u>(34.363)</u>	<u>(256)</u>	<u>53.026</u>	<u>-</u>	<u>1.920.306</u>
Em curso	301.884	78.433	-	(57.764)	-	322.553
<b>Total</b>	<u>2.203.783</u>	<u>44.070</u>	<u>(256)</u>	<u>(4.738)</u>	<u>-</u>	<u>2.242.859</u>

## Notas Explicativas

Obrigações especiais	(834.569)	(45.776)	-	32.286	-	(848.059)
	<u>1.369.214</u>	<u>(1.706)</u>	<u>(256)</u>	<u>27.548</u>	<u>-</u>	<u>1.394.800</u>

O ativo intangível da Companhia é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infra-estrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão. Em 31 de março de 2011, não há bens destinados à alienação (R\$0 em 31 de dezembro de 2010).

### a. Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$263.481, R\$50.892 e R\$8.180, respectivamente (R\$241.573, R\$57.421 e R\$2.890 respectivamente em 31 de dezembro de 2010).

	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Obras em andamento	263.481	241.573
Materiais em depósito	50.892	57.421
Adiantamento a fornecedores	<u>8.180</u>	<u>2.890</u>
	<u><b>322.553</b></u>	<u><b>301.884</b></u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$38.399 (R\$44.550 em 31 de dezembro de 2010), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de março de 2011 é de R\$6.354 (R\$5.754 em 31 de dezembro de 2010). O saldo do intangível em curso está apresentado líquido dessa provisão.

### b. Amortização

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado

## Notas Explicativas

pele prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

### 14 Fornecedores

	31.03.2011	31.12.2010
Suprimento e encargos de conexão (a)		
ELETRONORTE	980	1.237
CHESF	1.938	2.444
COPEL	797	980
Furnas Elétricas	2.984	3.859
CESP	1.123	1.418
CEMIG	545	712
Outros	46.042	48.180
Encargos de uso da rede elétrica (b)	17.750	16.421
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	233	233
Materiais e Serviços	66.902	92.774
	<u>139.294</u>	<u>168.258</u>

#### a. Suprimento de energia e encargos de conexão:

Conforme o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação e que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

ENERGIA CONTRATADA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	213.804	212.463	212.463	212.463	213.046	212.463	212.463	212.463	-
PROINFA	59.268	85.915	101.504	108.470	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987
MCSD	91.138	91.185	97.814	97.8107	95.705	20.107	10.934	7.961	7.982
Nova 2008/2022/2037	25.604	25.534	25.534	25.490	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	99.694	99.694	99.694	99.967	99.694	99.694	99.694	99.587
Nova 2010/2024/2039	-	-	369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	225.544	219.473	219.473	222.202	219.473	219.473	219.473	222.202
Leilão Fonte Alternativa	-	-	3.888	3.883	3.899	3.888	3.888	3.888	3.899
Leilão A-3 (2007)	-	-	56.940	56.829	56.091	55.937	55.937	55.937	56.091
Leilão A-3 (2008)	-	-	-	117.471	117.793	117.471	117.471	117.471	117.793
Leilão A-5 (2006)	-	-	-	161.095	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-5 (2007)	-	-	-	-	438.322	437.124	437.124	437.124	437.124
Leilão Santo Antonio	-	-	-	-	905	81.259	206.907	310.304	310.304
Leilão Jirau	-	-	-	-	-	68.187	127.279	178.163	212.269
Leilão A-5 (2008)	-	-	-	-	-	453.617	454.860	453.617	454.860
Leilão A-1	16.244	16.199	16.194	16.199	16.238	16.194	16.194	-	-
Leilão de Ajuste	79.470	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL - MWh</b>	<b>4.936.145</b>	<b>5.194.990</b>	<b>5.641.807</b>	<b>6.807.477</b>	<b>6.376.318</b>	<b>3.961.242</b>	<b>3.027.535</b>	<b>2.756.099</b>	<b>2.582.115</b>

#### b. Encargo de uso da rede elétrica

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do

## Notas Explicativas

Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

### 15 Empréstimos e financiamentos

	31.03.2011						Total
	Circulante			Não circulante			
	Principal e encargos	Custos de Captação	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação	Subtotal	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Tesouro Nacional (1)	818	-	818	7.099	-	7.099	7.917
	818	-	818	7.099	-	7.099	7.917
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Eletrobrás (2)	51.809	-	51.809	387.170	-	387.170	438.979
IFC (3)	23.207	(267)	22.940	83.111	(1.015)	82.096	105.036
BNB (4)	23.307	(270)	23.037	221.335	(1.502)	219.833	242.870
BNDES (5)	40.775	(3)	40.772	116.433	(4)	116.429	157.201
FINEP (6)	568	(5)	563	705	(6)	699	1.262
FINAME (7)	144	-	144	9.822	-	9.822	9.966
Dívida com a FASCEMAR (8)	5.871	-	5.871	17.612	-	17.612	23.483
	145.681	(545)	145.136	836.188	(2.527)	833.661	978.797
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	146.499	(545)	145.954	843.287	(2.527)	840.760	986.714



**Notas Explicativas**

	31.12.2010						
	Circulante			Não circulante			Total
	Principal e encargos	Custos de Captação	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação	Subtotal	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Tesouro Nacional (1)	747	-	747	7.274	-	7.274	8.021
	747	-	747	7.274	-	7.274	8.021
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Eletrobrás (2)	46.136		46.136	363.221		363.221	409.357
IFC (3)	26.594	(266)	26.328	93.500	(1.081)	92.419	118.747
BNB (4)	23.405	(268)	23.137	226.552	(1.571)	224.981	248.118
BNDES (5)	28.440	(3)	28.437	133.149	(4)	133.145	161.582
FINEP (6)	569	(5)	564	846	(7)	839	1.403
FINAME (7)	121		121	9.435		9.435	9.556
Dívida com a FASCEMAR (8)	5.664		5.664	18.407		18.407	24.071
Outras Instituições Financeiras			-	156		156	156
	130.929	(542)	130.387	845.266	(2.663)	842.603	972.990
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	131.676	(542)	131.134	852.540	(2.663)	849.877	981.011

(\*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

**1 - Saldo da Dívida com Tesouro Nacional**

O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88 e nº 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia elétrica. Em 31 de março de 2011 a taxa efetiva média dessa operação é de 4,48% ao ano (4,46% em 31 de dezembro de 2010).

**2 - Saldo da Dívida com a ELETROBRÁS:**

Entre os contratos com a ELETROBRÁS destacam-se:

- i Os contratos ECF - 2035/00, ECF - 2034/00, ECF - 2033/00, ECF - 1510/97, ECF - 1639/97, ECF - 1645/97, ECF - 1960/99, ECF - 1907/99, ECF - 1908/99 e ECF - 1473/97, com a ELETROBRÁS são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, Por meio da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas. As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (b) desta nota. Em 31 de março de 2011 a taxa efetiva média dessa operação é de 14,27% ao ano (14,54% em 31 de dezembro de 2010).
- ii Em 9 de janeiro de 2007, ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2522/2005, que possui valor total R\$58.000. O custo deste financiamento é de 7% ao ano, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva

## Notas Explicativas

média dessa operação é de 7% ao ano.

- iii Em janeiro de 2009 ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2724/2008 que possui valor total de R\$97.686. O custo deste financiamento é de 7% ao ano com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva média dessa operação é de 7% ao ano
- iv Em outubro de 2009 ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2585/2006, que possui valor total de R\$1.161. O custo deste financiamento é de 6,5% ao ano com prazo de vencimento em 67 meses, composto pela carência de 7 meses e amortização em 60 meses. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos do Projeto de Melhoria e Expansão dos Sistemas de Iluminação Pública para o município de Pinheiro. Em 31 de março de 2011 a taxa efetiva dessa operação é de 6,5% ao ano.

### **3 - Saldo da dívida com IFC**

Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de R\$135.056 junto ao IFC - International Finance Corporation. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de “Exposure Fee”. O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência. Os recursos são garantidos pela cessão fiduciária dos recebíveis da Companhia e por fiança da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,97% ao ano (10,36% em 31 de dezembro de 2010).

Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas informações trimestrais auditadas:

- 1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio); e
- 2ª Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 1,5 (um e meio).

No trimestre encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia atingiu os indicadores mencionados acima.

### **4 - Saldo da dívida com o Banco do Nordeste do Brasil**

BNB I – No ano de 2006, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira, vinculação de receitas da CEMAR e aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% em 31 de dezembro de 2010).

## **Notas Explicativas**

## Notas Explicativas

BNB Nova Sede – Em dezembro de 2007, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$9.652, com a finalidade de financiar a construção da nova sede da Companhia. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira e aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% em 31 de dezembro de 2010).

BNB II - Em março de 2009, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, que possui montante total de R\$144.939 com objetivo de financiar investimentos na sua rede de distribuição de energia elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira, vinculação de receitas da CEMAR e o aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% em 31 de dezembro de 2010).

### **5 - Saldo da Dívida com o BNDES**

Em 10 de abril de 2007, a CEMAR contratou o financiamento de R\$ 28.481, junto ao Banco Itaú BBA, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,8% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a implantação do Programa de Combate às Perdas de Energia Elétrica do Sistema de distribuição da CEMAR, do Sistema de Gestão das Redes de Distribuição - “GEOREDE” e do Sistema Comercial da ELUCID - “UE-COM”. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,80% ao ano (10,80 em 31 de dezembro de 2010).

Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente, com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 4,50; e
- 2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Em 11 de março de 2008, a CEMAR contratou o financiamento de R\$79.663 junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 3,6% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e fiança prestada pela Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a implantação do projeto “Expansão e Qualidade Operacional CEMAR”, com investimentos voltados ao combate das perdas comerciais de energia elétrica, a realização de ligações de novos consumidores e a atualização tecnológica da empresa. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,60% ao ano (9,60% em 31 de dezembro de 2010).

Conforme contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

## Notas Explicativas

- 1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;
- 2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Em 09 de dezembro de 2010, a CEMAR contratou um financiamento de R\$100.000 junto ao Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação – PIS/PASEP. Esse recurso foi liberado em parcela única em 22 de dezembro de 2010. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,91% ao ano. O prazo total é de 3 anos, sendo 1 ano de carência e amortização em 2 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR e por fiança prestada pela Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar parte do capital de giro da Companhia nos anos 2011 e 2012. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,91% ao ano (10,91% em 31 de dezembro de 2010).

Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- 2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,70.

No trimestre encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia atingiu os indicadores mencionados acima.

### **6 - Saldo da dívida com o FINEP**

Em junho de 2006 a CEMAR contratou financiamento no montante de R\$2.637, junto a FINEP, sobre os quais incidem juros de TJLP + 2% ao ano, com a finalidade de financiar investimentos na otimização do desempenho da rede de distribuição e programas de eficiência energética. O prazo deste financiamento é de 7 anos, com carência de 2 anos e amortização em 61 parcelas. Este financiamento é garantido por vinculação de receitas e aval da sua Controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,00% ao ano (8,00% em 31 de dezembro de 2010).

### **7 - Saldo da dívida com o FINAME (simplificado)**

Em setembro de 2009, a CEMAR contratou as Cédulas de Crédito Bancário nº 665897, nº 665904, nº 665919, nº 665928, nº 665930, nº 665940, nº 665952 e nº 665961, cujos valores somados importavam R\$776, junto ao Banco Votorantim, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de 4,5% ao ano. O prazo total deste financiamento é de 10 anos, com carência de 02 anos e amortização em 8 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar investimentos em chaves seccionadoras, transformadores, medidores, chaves fusíveis e isoladores. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 4,5% ao ano (4,5% em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### 7.1 - Saldo da dívida com o FINAME (convencional)

Em março de 2010, a CEMAR contratou as Cédulas de Crédito Bancário nº 664704, nº 664728, nº 664730, nº 664740, nº 664761, nº 664824 e nº 664839, cujos valores somados importavam R\$24.811, junto ao Banco Votorantim, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de 4,5% ao ano.

O prazo total deste financiamento é de 10 anos, com carência de 02 anos e amortização em 8 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar investimentos em chaves seccionadoras, transformadores, medidores, chaves fusíveis e isoladores. Até 31 de março de 2011, a CEMAR recebeu as liberações no valor de R\$ 9.086. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 4,5% ao ano (4,5% em 31 de dezembro de 2010).

### 8 - Saldo da dívida com a FASCEMAR

Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e a FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem o seu pagamento parcelado em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com a incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extra grupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,63% ao ano (9,95% em 31 de dezembro de 2010).

### Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante

Em 31 de março de 2011, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam o montante de R\$840.760 (R\$849.877 em 31 de dezembro de 2010) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor	%
2012	129.909	15,41%
2013	186.577	22,13%
2014	119.931	14,22%
2015	113.956	13,52%
Após 2015	<u>292.914</u>	34,72%
<b>Total</b>	<u>843.287</u>	<u>100,00%</u>
<b>Custo de captação</b>	(2.527)	
<b>Não circulante (sem custo de captação)</b>	<u>840.760</u>	

## Notas Explicativas

## a. Composição por índice e moeda (não inclui custos com captação a apropriar)

## Moeda Estrangeira:

Indexador	US\$	R\$ mil	Taxa de juros
Pré-Fixado (USD)	2.980	4.848	Taxa mínima: Pré-fixada em 6% a.a. Taxa máxima: Pré-fixada em 8% a.a.
Libor semestral	1.887	3.070	Taxa mínima: LIBOR as+ 0,81% a.a. Taxa máxima: LIBOR as + 0,88% a.a.
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>4.867</b>	<b>7.918</b>	
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>4.812</b>	<b>8.020</b>	

## Moeda Nacional:

Indexador		Taxa de juros
IGP-M	161.564	Spread: 4,0% a.a. Spread mínimo: 9,4% Spread máximo: 14,0% a.a.
FINEL	41.018	Spread mínimo: 4,5% Spread máximo: 13,4% a.a.
Pré-fixado - RGR	236.240	
CDI	345.620	101,3% do CDI 9,75% a.a.; 10% a.a.; (com Bônus de Adimplemento de 15%, a taxa efetiva é 8,5% a.a.)
Pré-fixado: FNE	244.641	
TJLP	158.498	Spread mínimo: 2% Spread máximo: 9,5%
Pré-fixado: FINAME	9.949	Spread: 4,5% a.a.
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>1.197.530</b>	
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>1.252.921</b>	

## b. Resumo da dívida bruta (não inclui custos com captação a apropriar)

Descrição	Data da assinatura	Objetivo	Vencimento final	Encargos financeiros	31.03.2011	31.12.2010
<b>Eletrobrás</b>					<b>438.821</b>	<b>409.358</b>
RES 150/00-2033/00	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	RGR + 6,8%a.a.	1.704	1.781
RES 150/00-2034/00	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%a.a.	30.946	32.137
ECF - 1510/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 14,0%a.a.	342	359
ECF - 1639/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 11,5%a.a.	4.000	4.198
ECF - 1645/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 13,6%a.a.	690	724
ECF - 1960/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2023	IGP-M + 4,0%a.a.	161.564	157.325
ECF - 1907/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 11,0%a.a.	569	596
ECF - 1908/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%a.a.	4.469	4.679
ECF - 1473/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	RGR + 13,6%a.a.	129	135
ECF - 2522/05	22/11/2006	Transmissão, modernização e expansão	30/12/2013	RGR + 7,0%a.a.	33.703	36.677
ECFS - 027/04	02/06/2004	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	30/06/2016	RGR + 6,0%a.a.	6.878	7.200
ECFS - 176/07	13/04/2007	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT1	30/04/2019	RGR + 6,0%a.a.	15.921	31.362
ECF - 140/06	31/03/2006	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	31/03/2018	RGR + 6,0%a.a.	30.430	16.490
ECFS - 0236/08	05/08/2008	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	30/09/2020	RGR + 6,0%aa	38.600	39.616
ECFS-2669/07	28/11/2007	Glosa do contrato ECFS 027/04	27/02/2009	SELIC	-	-
ECFS-2724/08	08/01/2009	Cobertura de custos diretos no sistema de sub-transmissão CEMAR	30/12/2015	RGR + 7,0%aa	73.138	56.611
ECF 2728/08	10/03/2009	Confissão de dívida do contrato ECFS 140/06	30/07/2010	SELIC	-	-
ECF 2890/10	23/12/2010	Cobertura de custos diretos no sistema de subtransmissão	31/12/2017	RGR + 7,0%aa	8.531	-
ECF 2585/06	17/04/2009	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente	30/05/2015	RGR + 6,5%aa	100	106
ECFS - 281/09	26/01/2010	Cobertura dos custos diretos das obras referente ao PLPT	01/03.2022	RGR + 6,0 aa	27.107	19.362
<b>Tesouro Nacional</b>					<b>7.918</b>	<b>8.020</b>
STN 01	12/05/1997	Renegociação de dívida	11/04/2024	LIBOR SEM.+ 0,81% a.a.	2.548.	2.601

## Notas Explicativas

Descrição	Data da assinatura	Objetivo	Vencimento final	Encargos financeiros	31.03.2011	31.12.2010
STN 02	12/05/1997	Renegociação de dívida	11/04/2024	6% a.a.	3.729	3.763
STN 03	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2009	LIBOR SEM.+	-	-
STN 04	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2014	0,81% a.a.	1.119	1.124
STN 05	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2012	LIBOR SEM.+	522	532
STN 06	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2009	0,88% a.a. LIBOR SEM.+	-	-
<b>Banco do Brasil</b>					<b>17</b>	<b>41</b>
FINAME 01	20/04/2006	Renovação de frota	15/05/2013	TJLP + 9,5% a.a.	2	4
FINAME 02	20/04/2006	Renovação de frota	15/05/2013	TJLP + 9,5% a.a.	15	37
<b>Banco Votorantim</b>					<b>9.949</b>	<b>9.514</b>
FINAME Simplificado 665897	30/09/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	255	255
FINAME Simplificado 665904	01/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	36	36
FINAME Simplificado 665919	05/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	276	276
FINAME Simplificado 665928	09/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	82	82
FINAME Simplificado 665930	14/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	33	33
FINAME Simplificado 665940	16/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	26	26
FINAME Simplificado 665952	14/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	46	46
FINAME Simplificado 665961	30/10/2009	Modernização e Expansão	01/03/2022	4,5% a.a.	29	29
FINAME Convencional 664704	30/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	174	174
FINAME Convencional 664728	31/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	1.025	1.025
FINAME Convencional 664730	31/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	107	107
FINAME Convencional 664740	30/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	242	206
FINAME Convencional 664761	30/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	3.748	3.739
FINAME Convencional 664824	31/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	228	217
FINAME Convencional 664839	30/03/2010	Modernização e Expansão	15/04/2020	4,5% a.a.	3.642	3.263
BNB	23/11/2005	Modernização e expansão	28/02/2017	10% a.a.	93.364	97.994
BNB II	05/02/2009	Melhoria na rede elétrica	05/02/2021	10% a.a.	147.026	147.104
BNB - Nova Sede	06/12/2007	Construção da nova Sede	06/12/2012	10% a.a.	4.251	4.858
BNB - Giro 2009	02/09/2009	Capital de giro	02/09/2010	13,35% a.a.	-	-
FASCEMAR	20/03/2001	Renegociação de dívida	02/03/2015	102% CDI	23.483	24.071
Debêntures 3ª Emissão	08/03/2007	Liquidação de dívida	01/03/2013	105,8% CDI	215.819	276.881
FINEP	13/06/2006	Modernização e expansão	30/06/2013	TJLP + 2% a.a.	1.274	1.415
BNDES	10/04/2007	Modernização e expansão	15/02/2012	TJLP+4,8% a.a.	7.195	9.158
BNDES II	11/03/2008	Modernização e expansão	15/07/2013	TJLP + 3,6% a.a.	47.124	52.173
BNDES PEC	09/12/2010	Modernização e expansão	15/12/2013	TJLP + 4,91% a.a.	102.889	100.259
IFC	28/02/2008	Financiar a contraparte da CEMAR em outros financiamentos, e o PLPT	15/01/2016	90,9% do CDI + 1,5% a.a.	106.318	120.095
<b>Total da dívida</b>					<b>1.205.448</b>	<b>1.260.941</b>
<b>Circulante</b>					201.938	194.715
<b>Não circulante</b>					1.003.510	1.066.226

**c. Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural**

A ANEEL, por meio da Resolução nº223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005 estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade do atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KW), com carga instalada de até 50 KW.



## Notas Explicativas

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu R\$1.250.553 (R\$1.212.256 em 31 de dezembro de 2010) referentes ao Programa de Universalização.

### *Programa Luz para Todos*

O Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos - PLPT, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tinham acesso a esse serviço público. O programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Companhia, propiciando o atendimento de aproximadamente 286.500 novos consumidores no meio rural no período 2004-2011. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria nº. 416 da ANEEL, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades do Programa.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº. 027/2004 - 1ª Tranche, assinado em 2 de junho de 2004, com a ELETROBRÁS, e seus aditivos ECFS nº. 027-A/2004, ECFS nº. 027-B/2004 e ECFS nº. 27-C/2004. Este contrato foi finalizado em outubro de 2007, atendendo a 48.610 consumidores. O total do contrato foi de R\$100.778, já considerando a devolução de R\$21.568, através do contrato de confissão de dívida nº ECFS- 2669/07, finalizado em 30 de março de 2009. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% em 31 de dezembro de 2010).

Em março de 2006, a Companhia assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº. 140/2006 - 2ª Tranche, e posteriormente os seus aditivos ECFS nº. 140-A/2006, ECFS nº. 140-B/2007 e ECFS nº. 140-C/2007, referente à 2ª fase do Programa. Este contrato foi encerrado em dezembro de 2008, atendendo a 60.035 consumidores. O total do contrato foi de R\$ 176.341, já considerando a devolução de R\$37.892, realizada após o aditivo ECFS nº 140-D/2008, que reduziu as metas físicas do referido contrato e a devolução de R\$30.731, por meio do contrato de confissão de dívida nº. ECFS- 2728/08 nota explicativa nº 15, item 2. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% em 31 de dezembro de 2010).

Em abril de 2007, a Companhia assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº. 176/2007 - 3ª Tranche, posteriormente os seus aditivos ECFS nº. 176-A/2008 e ECFS nº 176-B/2009, referente à 3ª fase do Programa. Este contrato foi encerrado em setembro de 2009, atendendo a 73.059 consumidores. O total do contrato foi de R\$279.031, já considerando a devolução de R\$2.936, realizada após o aditivo ECFS 176-B/2009, que reduziu as metas físicas do referido contrato. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% em 31 de dezembro de 2010).

Em agosto de 2008, a CEMAR assinou com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº 236/2008 - 4ª Tranche, referente à 4ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 67.136

## Notas Explicativas

consumidores. O valor total do contrato é de até R\$338.597, com R\$304.738 liberados até o trimestre. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% em 31 de dezembro de 2010).

Em janeiro de 2010, a CEMAR assinou com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº 281/2009 - 5ª Tranche, referente à 5ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 37.647 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$ 309.791, com R\$216.854 liberados até o trimestre. Em 31 de março de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% em 31 de dezembro de 2010).

Os recursos da ELETROBRÁS são originários conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 13,17% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima no montante de até R\$1.204.539, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, o qual corresponde à concessão de abertura de crédito, no valor de até R\$158.585; e
- O montante total equivalente a até 86,83% do custo total das respectivas obras, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de até R\$1.045.954, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$935.850, referentes a recursos da CDE, e R\$141.892, referentes a recursos da RGR, cuja abertura por contrato assinado é demonstrado no quadro a seguir:

Contrato	Parcela RGR	% RGR	Parcela CDE	% CDE	TOTAL
ECFS 027/2004	13.437	13,33%	87.341	86,67%	100.778
ECFS 140/2006	23.512	13,33%	152.829	86,67%	176.341
ECFS 176/2007	37.204	13,33%	241.827	86,67%	279.031
ECFS 236/2008	40.632	13,33%	264.106	86,67%	304.738
ECFS 281/2008	27.107	12,50%	189.747	87,50%	216.854
<b>Total</b>	<b>141.892</b>	<b>13,17%</b>	<b>935.850</b>	<b>86,83%</b>	<b>1.077.742</b>

A mutação de empréstimos e financiamentos - líquido é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>130.387</b>	<b>842.603</b>	<b>747</b>	<b>7.274</b>	<b>981.011</b>
Ingressos	-	35.500	-	-	35.500
Custo de captação	133	-	-	-	133
Encargos	18.715	412	91	-	19.218
Variação monetária e cambial	209	4.649	(20)	(175)	4.663
Transferências	49.503	(49.503)	-	-	-
Amortização e pagamentos de juros	(53.811)	-	-	-	(53.811)
<b>Saldos em 31 de março de 2011</b>	<b>145.136</b>	<b>833.661</b>	<b>818</b>	<b>7.099</b>	<b>986.714</b>

## Notas Explicativas

### 16 Debêntures

31.03.2011					
	Circulante		Não circulante		Total
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	
Debêntures	55.439	-	160.380	-	215.819
31.12.2010					
	Circulante		Nãocirculante		Total
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	
Debêntures	63.041	-	213.840	-	276.881

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda Nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>63.041</b>	<b>213.840</b>	<b>276.881</b>
Encargos	7.111	-	7.111
Transferências entre curto e longo	53.460	(53.460)	-
Amortizações e Pagamentos de Juros	(68.173)		(68.173)
<b>Saldos em 31 de março de 2011</b>	<b>55.439</b>	<b>160.380</b>	<b>215.819</b>

Em março de 2011, foi pago a 1º amortização da 3ª Emissão de debêntures, representando 20% do valor nominal emitido.

#### *Terceira emissão de debêntures*

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. No mês de abril de 2007, ocorreram pré-pagamentos, no montante de R\$257.902, contemplando os contratos junto a Eletrobrás (2035/00); Eletronorte (protocolo); Eletronorte (suprimento), 2ª emissão de debêntures, Concórdia CCV e Fundo CCV. Em 31 de março de 2011, o efeito dessa operação é de 11,03% ao ano (10,32% em 31 de dezembro de 2010).

#### *Características da terceira emissão das debêntures*

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data da emissão:	01.03.2007
Data de vencimento:	01.03.2013
Quantidade:	26.730 debêntures
Valor nominal:	R\$10.000,00
Montante da emissão:	R\$267.300.000,00
Espécie:	Subordinada

**Notas Explicativas**

Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Fiança prestada pela Equatorial Energia S.A. - Controladora da Emissora
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	01.03.2013
Juros:	105,8% do CDI
Pagamento:	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013
Amortização programada:	As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo: 01/03/2011 - 20% do valor nominal 01/03/2012 - 20% do valor nominal 01/03/2013 - 60% do valor nominal

*a. Escalonamento das parcelas das debêntures a longo prazo*

Em 31 de março de 2011, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$160.380 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor	%
2013	<u>160.380</u>	<u>100,00%</u>
<b>Total</b>	<u>160.380</u>	<u>100,00%</u>

*b. Acompanhamento dos covenants das debêntures*

As debêntures emitidas pela Companhia em 2007 possuem os seguintes *covenants*:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio); e

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 1,5 (um e meio).

O não cumprimento destes *covenants* durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado das debêntures. Até 31 de março de 2011, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

**17 Impostos e contribuições a recolher**

	<u>31.03.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>				
ISS	1.064	830	1.384	793
Encargos sociais e outros	5.195	-	4.973	-
ICMS	19.744	-	19.554	-
PIS e COFINS	7.072	97.443	7.881	-
REFIS (b)	<u>1.128</u>	<u>83.536</u>	<u>1.129</u>	<u>83.536</u>
	<u>34.203</u>	<u>181.809</u>	<u>34.921</u>	<u>84.329</u>
<b>Impostos sobre o lucro</b>				

**Notas Explicativas**

Provisão de IRPJ / CSLL	42.088	-	36.307	-
<b>Total</b>	<b>76.290</b>	<b>84.366</b>	<b>71.228</b>	<b>84.329</b>

**a. Débitos Fiscais Diferidos – IRPJ / CSLL**

	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Não circulante</b>		
IRPJ/CSLL Diferidos	<u><b>110.169</b></u>	<u><b>104.527</b></u>

**b. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS***Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09*

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$72.522. Visto que R\$34.028 serão compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$38.494.,

A referida dívida, no montante de R\$38.494 será quitada em 180 parcelas. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os pagamentos do REFIS no valor de R\$3.290, estão sendo contabilizados na conta de outros impostos a recuperar até que seja homologado a consolidação dos débitos inclusos no parcelamento.

**18 Provisão para contingências**

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31.03.2011</u>			<u>31.12.2010</u>		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis e tributárias	130.194	107.987	22.205	125.586	98.480	27.106
Trabalhistas	28.548	13.325	15.223	27.963	14.031	13.932
Regulatórias	3.548	-	3.548	3.305	-	3.305

**Notas Explicativas**

	<b>162.290</b>	<b>121.312</b>	<b>40.976</b>	<b>156.854</b>	<b>112.511</b>	<b>44.343</b>
Circulante	39.977	13.741	26.204	38.138	10.694	27.444
Não circulante	122.343	107.571	14.772	118.716	101.817	16.899
	<b>162.290</b>	<b>121.312</b>	<b>40.976</b>	<b>156.854</b>	<b>112.511</b>	<b>44.343</b>

As contingências passivas estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais.

***Movimentação dos processos no trimestre***

	31.12.2010				
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Reversão (2)	Saldo final
Cíveis e Tributárias	125.586	13.283	(3.528)	(5.147)	130.194
Trabalhistas	27.963	4.957	(1.639)	(2.733)	28.548
Regulatórias	3.305	243	-	-	3.548
	<b>156.854</b>	<b>18.483</b>	<b>(5.167)</b>	<b>(7.880)</b>	<b>162.290</b>

(1) Gastos efetivos de contingências judiciais.

(2) Reversões realizados no trimestre

(3) Atualizações monetárias.

***Trabalhistas***

Representada por 673 ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

***Cíveis e tributárias***

A Companhia figura como parte ré em 22.460 processos cíveis e tributários, sendo que 18.094 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

As ações cíveis mais significativas consistem em 7 (sete) ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores, demandas essas com valor aproximado de provisão na ordem de R\$ 5.120.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de Prestação de Contas e indenizatória ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública - TIP, não obstante a alteração da probabilidade de perda (de provável para possível) em face da procedência, à unanimidade, de uma das ações rescisórias ajuizadas pela Companhia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas, não sofreu alteração significativa nos últimos três meses.

## Notas Explicativas

As demonstrações financeiras trimestrais findadas em 31.03.2011 contemplam provisão de R\$ 54.958 (31.12.2010- R\$ 56.132).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$ 71.330 e R\$ 16.937, respectivamente (Em 31.12.2010 R\$74.211 e R\$16.700, respectivamente) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

### *Regulatórias*

No período de 22 de setembro de 2009 a 3 de outubro de 2009 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização de Qualidade (Técnica/Comercial). A Fiscalização resultou no ao TN nº 015/2009-SFE/ANEEL e no AI nº 108/2009-SFE/ANEEL, o qual estabeleceu uma multa no valor de R\$1.797. O valor da multa foi provisionado em dezembro de 2009.

Adicionalmente, desde junho/2010 a CCEE iniciou o processo de apuração de penalidades por problemas de medição de fronteira. Tendo em vista dificuldades diversas associadas com os pontos de medição em Presidente Dutra, a CEMAR recebeu os termos de notificação TN 627/2010 CCEE, TN 853/2010 CCEE e TN 1026/2010 CCEE, referentes a problemas nos meses de junho, julho e agosto de 2010, respectivamente. O valor total das multas, já provisionados, é de R\$1.284 (valor original). A CEMAR apresentou sua defesa para a situação que motivou as penalidades, e a CCEE suspendeu a cobrança das multas para avaliar a questão. Assim, a CEMAR aguarda a decisão final por parte da CCEE.

Foi recebido em 27 de outubro de 2010, o AI 103/2010-SFE referente à fiscalização dos indicadores de desempenho da Central de Atendimento da CEMAR. O referido AI aplicou penalidade no valor de R\$30. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3688, de 02.12.2010, o valor da multa em questão foi reduzido para R\$28. A CEMAR recorreu e aguarda decisão final da Agência sobre a penalidade.

Por fim, foi recebido em 25 de fevereiro de 2011, o AI 016-2011/SFF, referente ao atraso na entrega do BMP de março de 2009. O valor da multa é de R\$153, para o qual foi constituído provisão. A CEMAR apresentou sua defesa, e em 7 de Abril de 2011, por meio do Despacho nº 1.492, a Superintendência manteve sua decisão e remeteu a defesa para julgamento da Diretoria da ANEEL. A CEMAR aguarda o julgamento final pela diretoria da ANEEL.

## Notas Explicativas

### 19 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	31.03.2011	31.12.2010
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	470	563
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	235	282
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.383	11.593
Programa de Eficiência Energética - PEE	33.439	31.563
<b>Total</b>	<b>46.527</b>	<b>44.001</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.416</b>	<b>15.890</b>
<b>Não circulante</b>	<b>28.111</b>	<b>28.111</b>

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa da ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006. Os respectivos valores foram contabilizados no resultado.

### 20 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2011 representa R\$374.346 (R\$374.346 em 31 de dezembro de 2010) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
ELETROBRÁS	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	<b>161.318.939</b>	<b>1.239.231</b>	<b>1.625.729</b>	<b>164.183.899</b>	<b>100,00%</b>

Em 01 de fevereiro de 2010, foram emitidas 37.150 ações ordinárias do capital social da CEMAR por conta dos beneficiários do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 164.183.899 ações, sendo 161.318.939 ações ordinárias, 1.239.231 ações preferenciais da Classe A, sem direito a voto, e 1.625.729 ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$64.068 mediante a capitalização dos seguintes valores: (a) saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE, em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$54.155 e (b) saldo da reserva legal no valor de R\$9.913.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez



## Notas Explicativas

por cento) para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

### ***b. Reserva de capital***

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

### ***c. Reserva de lucros - Reserva legal***

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Do resultado do exercício de 2010, o montante de R\$13.931 foi destinado para constituição da reserva legal, observando os limites previstos na legislação societária. Em 1º de junho de 2010, o saldo da reserva legal foi totalmente utilizado para aumento do capital da Companhia, letra “a” desta mesma nota explicativa.

### ***d. Reserva de incentivos fiscais***

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à controlada CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A receita total até 31 de março de 2011 é de R\$43.207 referente ao incentivo fiscal SUDENE (R\$43.207 em 31 de dezembro de 2010) para formação da reserva de incentivos fiscais. A Lei nº 11.638/07 extinguiu as Reservas de Capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Em 5 de maio de 2010, o saldo da reserva legal foi totalmente utilizado para aumento do capital da Companhia, letra “a” desta mesma nota Explicativa.

O efeito do benefício, no trimestre findo em 31 de março de 2011, totaliza R\$207.557 (R\$207.557 em 31 de dezembro de 2010).

### ***e. Reserva de lucros a realizar***

No exercício de 2010 foi contabilizado na rubrica “Reserva de Lucros a Realizar” o montante de R\$21.482, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei nº 6.404/76, com redação

## Notas Explicativas

dada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

### **f. Reserva de lucros - Reserva especial**

Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76, baseada no fluxo de caixa da CEMAR que demonstrava a falta de capacidade financeira para distribuição integral do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a título de dividendos, a Administração propôs, no final daquele exercício, a destinação do resultado do exercício após as destinações legais aplicáveis, para uma conta de Reserva de Lucro - Reserva Especial, que foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, de 10 de março de 2006.

Plano de opção de compra de ações Em 6 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR (“Plano”), que foi aprovado pela AGE - Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração da Companhia implementou o referido Plano em 30 de dezembro de 2005, instituindo seu Comitê de Administração. O Plano tem como mês de referência maio de 2004, uma vez que esse foi o mês de mudança de controle e da gestão da Companhia.

Os beneficiários do Plano são os administradores e empregados da Companhia indicados pelo Comitê de Administração do Plano. A opção de compra é concedida em até 5 (cinco) lotes. As ações ofertadas no âmbito do Plano se sub-rogarão dos mesmos direitos em relação a dividendos e voto que as ações originalmente emitidas pela Companhia.

O volume global originalmente oferecido no Plano era de 480.917.295.334 (quatrocentos e oitenta bilhões, novecentos e dezessete milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias (representando, na época da constituição do Plano, 3% das ações ordinárias de emissão da Companhia). Em 23 de março de 2006, foram canceladas 76.385.697.078 (setenta e seis bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, e setenta e oito) opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas, resultando em um novo volume global do Plano de 404.531.598.256 (quatrocentos e quatro bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e seis), ações, antes do grupamento.

O preço de subscrição original é de R\$0,01 por lote de 1.000 ações (antes do grupamento), corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), acrescido de juros de 8,0% a.a., contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. O preço original de subscrição deve ser ajustado por qualquer distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital anunciados pela Companhia.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor de sua remuneração variável anual a que fizerem jus, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição de ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos, juros sobre capital próprio ou reembolso por redução de capital recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 1º de fevereiro de 2010, foram subscritas 37.150 (trinta e sete mil, cento e cinquenta) ações ordinárias no âmbito do Plano, ao preço global de R\$2,00 (dois reais), pertencentes ao

## Notas Explicativas

5º (quinto) lote de opções de compra.

Com a subscrição mencionada acima, não há mais saldo para novas subscrições no âmbito do Plano.

	<u>ON</u>
Total originalmente alocado	4.045.316
Total cancelado por desligamento até 31.12.2009	( 167.181)
<b>Total exercido até 31.12.2009</b>	<u>(3.840.985)</u>
Saldo remanescente em 31.12.2009	37.150
<b>Opções exercidas entre 01.01.2010 e 31.03.2011</b>	<u>( 37.150)</u>

## 21 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

No dia 29 de março de 2011, foi realizada a Reunião do Conselho de Administração, onde foi aprovada a declaração de dividendos propostos em R\$200.000 referentes ao exercício de 2010.

Esse montante corresponde a uma proposta de distribuição equivalente a 95,38% do lucro líquido de 2010, após dedução de reserva legal de R\$13.931 e R\$43.207 de reserva de incentivo fiscal.

## 22 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de março de 2011, o saldo provisionado de participação nos lucros era de R\$4.894 (R\$16.794 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### 23 Fornecimento de energia elétrica

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	<b>31.03.2011</b>		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ Mil
Residencial	1.630.483	467.658	197.060
Industrial	9.695	102.055	36.450
Comercial	124.005	198.137	92.337
Rural	64.765	29.070	8.219
Poder Público	20.541	57.577	26.002
Iluminação Pública	626	80.321	20.716
Serviço Público	4.572	62.767	22.500
Consumo Próprio	212	1.550	-
Suprimento	-	-	-
MAE e CEPISA	-	-	19.230
Baixa Renda	-	-	24.894
Outras	-	-	6.658
Receita de Construção	-	-	78.433
<b>Total</b>	<b>1.854.899</b>	<b>999.135</b>	<b>532.499</b>

	<b>31.03.2010</b>		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ Mil
Residencial	1.518.854	149.155	187.070
Industrial	9.734	34.495	34.059
Comercial	118.765	68.350	88.966
Rural	59.483	10.277	8.435
Poder Público	19.027	20.996	25.844
Iluminação Pública	591	25.119	17.218
Serviço Público	4.264	21.560	21.882
Consumo Próprio	207	616	-
- MAE e CEPISA	-	-	1.574
Baixa Renda	-	-	30.276
Outras	-	-	4.025
Receita de Construção	-	-	69.324
<b>Total</b>	<b>1.730.925</b>	<b>330.568</b>	<b>488.673</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 24 Deduções da receita

	31.03.2011	31.03.2010
<b>Receita operacional</b>	<u>532.499</u>	<u>488.673</u>
Fornecimento de energia elétrica	430.272	413.841
Suprimento de energia elétrica	19.230	1.574
Encargo de Capacidade Emergencial	(2.029)	
Receita de construção	78.433	69.321
Outras receitas	<u>6.593</u>	<u>3.937</u>
<b>Deduções à receita operacional</b>	<u>(130.647)</u>	<u>(122.763)</u>
ICMS sobre venda de energia elétrica	(68.849)	(66.689)
PIS e COFINS	(40.642)	(38.793)
Encargos do Consumidor	(16.687)	(12.676)
Cota para RGR	(2.206)	(4.458)
ISS	(224)	(154)
Encargo de capacidade emergencial e outros	<u>(2.040)</u>	<u>7</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>401.851</u></u>	<u><u>365.910</u></u>

### 25 Resultado operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	31.03.2011			Total
	Custo de serviço de energia elétrica	Despesas com vendas (a)	Despesas administrativas (b)	
Pessoal	5.137	4.320	9.918	19.375
Material	1.296	63	195	1.554
Serviços de terceiros	12.112	18.996	11.511	42.619
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	862	-	862
Custo de construção	78.433	-	-	78.433
Energia elétrica comprada para revenda	106.663	-	-	106.663
Encargos de uso do sistema de transmissão	22.346	-	-	22.346
Depreciação e amortização	23.030	-	2.742	25.772
Arrendamento e aluguéis	362	415	157	934
Provisões	-	-	12.017	12.017
Outros	(1.309)	1.963	7.826	8.480
Resultado financeiro	-	-	-	7.396
Receitas e despesas não recorrentes	-	-	-	541
<b>Total</b>	<u><b>248.070</b></u>	<u><b>26.619</b></u>	<u><b>44.366</b></u>	<u><b>326.992</b></u>
Custos/despesas operacionais	31.03.2010			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas (a)	Despesas administrativas (b)	
Pessoal	4.475	4.659	8.414	17.548
Material	1.425	238	326	1.989
Serviços de terceiros	8.721	8.946	10.398	28.065
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	729	-	729
Energia elétrica comprada para revenda	97.729	-	-	97.729
Custo de construção	69.321	-	-	69.321
Encargos de uso do sistema de transmissão	20.740	-	-	20.740
Depreciação e amortização	19.757	-	2.594	22.351
Arrendamento e aluguéis	32	95	827	954
Provisões	-	-	7.160	7.160
Outros	960	(1.286)	3.682	4.562
Resultado financeiro	-	-	-	6.762
Receitas e despesas não recorrentes	-	-	-	2.024
<b>Total</b>	<u><b>223.160</b></u>	<u><b>13.381</b></u>	<u><b>33.405</b></u>	<u><b>279.934</b></u>

## Notas Explicativas

- (a) Referem-se às despesas com vendas e despesas com provisões para devedores duvidosos.
- (b) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

## 26 Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição:

	Resultado financeiro	
	31.03.2011	31.03.2010
Rendas financeiras	12.134	11.628
Acréscimo moratório de energia vendida	17.290	12.241
Encargos de dívidas	254	-
Variações monetárias e cambiais	(565)	843
Juros dos empréstimos e financiamentos	(31.901)	(28.783)
Outras	(4.608)	(2.691)
<b>Total</b>	<b>(7.396)</b>	<b>(6.762)</b>

## 27 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Cemar	
	31.03.2011	31.03.2010
Numerador		
Luco líquido do exercício (R\$mil)	52.726	69.108
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	164.184	164.184
<b>Lucro básico e diluído por ação (R\$)</b>	<b>0,32114</b>	<b>0,42092</b>

Em 31 de março de 2011 e 2010 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

## 28 Entidade de previdência privada

### a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada

## Notas Explicativas

de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de março de 2011, esse valor importou em R\$445 (R\$608 em 31 de dezembro de 2010).

## 29 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	<u>Vencimento das apólices</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos nomeados - Subestações e estoques e infra estrutura	01.01.2012	151.581
Responsabilidade civil geral - Operações	01.01.2012	7.000
Automóvel	01.02.2012	(a)

(a) Correspondem a 72 veículos, apresentados ao valor de mercado

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## 30 Instrumentos financeiros

### a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros a saber: Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Fornecedores, Ativos de concessão e

## Notas Explicativas

Consumidores e Revendedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer os índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (covenants).

### b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

### c. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Ativo	31.03.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	418.249	418.249	456.836	456.836
Consumidores e revendedores	507.571	507.571	508.765	508.765
Ativo financeiro de concessão	22.599	22.599	50.409	50.409
<b>Total Ativos</b>	<b>948.419</b>	<b>948.419</b>	<b>1.016.010</b>	<b>1.016.010</b>

PASSIVO	31.03.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	139.294	139.294	168.258	168.258
Empréstimos e financiamentos	986.714	989.786	981.011	984.216
Debêntures	215.819	215.819	276.881	276.881
<b>Total Passivos</b>	<b>1.341.827</b>	<b>1.344.899</b>	<b>1.426.150</b>	<b>1.429.355</b>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificadas como ativos financeiros com alta liquidez e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial.
- **Consumidores e revendedores** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.



## Notas Explicativas

- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado.

### d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da CEMAR são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes	31.03.2011	31.12.2010
Numerários Disponíveis	11.049	23.136
Investimentos Financeiros	<u>407.200</u>	<u>433.700</u>
<b>Total</b>	<b><u>418.249</u></b>	<b><u>456.836</u></b>

### e. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores e revendedores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A

## Notas Explicativas

Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,66% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de março de 2011 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
STN	USD	194	(1.785)	(3.765)	2.174	4.153
		<b>Taxa em</b>				
<b>Referência para PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>31/03/2011</b>	<b>+ 25%</b>	<b>+ 50%</b>	<b>- 25%</b>	<b>- 50%</b>
Dólar USD/R\$		1,63	2,04	2,45	1,22	0,82

## Notas Explicativas

- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 (Empréstimos e financiamentos) e nº 16 (Debêntures).
- **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2011 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

### Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>						
Aplicações Financeiras	CDI	11.500	13.975	16.744	8.393	5.581
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(723)	(761)	(798)	(686)	(649)
ECF - 1510/97	FINEL	(12)	(13)	(13)	(12)	(11)
ECF - 1639/97	FINEL	(107)	(112)	(117)	(102)	(97)
ECF - 1645/97	FINEL	(22)	(23)	(24)	(21)	(20)
ECF -1960/99	IGP-M	(4.240)	(5.198)	(6.157)	(3.281)	(2.322)
ECF - 1907/99	FINEL	(16)	(17)	(17)	(15)	(14)
ECF - 1908/99	FINEL	(106)	(111)	(116)	(100)	(95)
FASCEMAR	CDI	(847)	(1.001)	(1.155)	(692)	(538)
FINEP	TJLP	(26)	(30)	(35)	(21)	(17)
FINAME 01	TJLP	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
FINAME 02	TJLP	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
BNDES I	TJLP	(210)	(236)	(262)	(184)	(158)
IFC	CDI	(2.553)	(3.177)	(3.801)	(1.929)	(1.305)
BNDES II	TJLP	(1.138)	(1.309)	(1.479)	(968)	(798)
BNDES PEC	TJLP	(2.629)	(3.001)	(3.373)	(2.257)	(1.885)
DEBENTURES 3ª EMISSAO	CDI	(7.112)	(8.580)	(10.049)	(5.643)	(4.174)
<b>Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>Taxa em 31.03.2011</b>	<b>+ 25%</b>	<b>+ 50%</b>	<b>- 25%</b>	<b>- 50%</b>	

## Notas Explicativas

CDI (% acum. no trimestre)	2,64	3,31	3,97	1,98	1,32
TJLP (% acum. no trimestre)	1,47	1,83	2,20	1,10	0,73
IGP-M (% acum. no trimestre)	2,43	3,04	3,65	1,82	1,22

### Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido

Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(3.033)	(3.033)
Cenário III	(5.799)	(5.799)
Cenário IV	2.458	2.458
Cenário V	5.184	5.184

#### *f. Gestão do capital*

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No trimestre encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia atingiu os indicadores mencionados acima.

## 31 Eventos Subsequentes

### *a. Empréstimos e financiamentos*

#### **ELETROBRÁS**

Em 29 de abril de 2011, a CEMAR recebeu mais uma liberação referente ao contrato do ECFS-281-2009 – PLPT 5ª Tranche, no montante de R\$61.270.

Em 02 de maio de 2011, a CEMAR recebeu mais uma liberação referente ao contrato EFC-2724/08, no montante de R\$11.844.

## Notas Explicativas

### *b. Aprovação da proposta de dividendos*

Em 29 de abril de 2011, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária, onde foi aprovado o pagamento dos dividendos no montante de R\$200.000 referentes ao exercício de 2010.

## **Notas Explicativas**

### **Conselho de Administração**

Alessandro Monteiro Morgado Horta  
Ana Marta Horta Veloso  
Carlos Augusto Leone Piani  
Firmino Ferreira Sampaio Neto  
Francisco Carlos Campos  
Gilberto Sayão da Silva  
José Carlos Muniz de Brito Filho

### **Conselho Fiscal**

#### **Efetivos**

Denise da Cunha D' Angelo Palácio  
Felipe Sousa Bittencourt  
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva  
Ricardo Kobayashi  
Sérgio Passos Ribeiro

### **Diretoria Executiva**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado  
Diretora de Gente

Eduardo Haiama  
Diretor de Relações com Investidores

José Jorge Leite Soares  
Diretor de Relações Institucionais e Planejamento

## **Notas Explicativas**

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro

Marcos Antônio Souza de Almeida  
Diretor Comercial

Raimundo Nonato Alencar de Castro  
Diretor de Engenharia

Tinn Freire Amado  
Diretor de Assuntos Regulatórios

### **Gerência de controladoria**

Humberto Soares Filho  
Gerente da Controladoria  
CPF 915.885.025-20

Geovane Ximenes de Lira  
Contador  
CRC PE-012996-O-S-MA

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão especial das Informações Trimestrais (ITR)

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Companhia Energética do Maranhão – CEMAR  
São Luis – MA

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-S-MA

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC 1RS048980/O-0-T-CE-S-MA



**Motivos de Reapresentação**

Versão	Descrição
0	